



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP
Escola de Ciências Jurídicas – ECJ
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Renata Pereira Barreto

DIREITO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A AVALIAÇÃO COMO EXIGÊNCIA
CONSTITUCIONAL: PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Rio de Janeiro

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Renata Pereira Barreto

DIREITO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A AVALIAÇÃO COMO EXIGÊNCIA
CONSTITUCIONAL: PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito – PPGD da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Direito e Políticas Públicas

Linha de pesquisa: Agenda das Políticas Públicas

Orientador: Ivan César Ribeiro

Coorientador: Emerson Affonso da Costa Moura

Rio de Janeiro

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

BARRETO, Renata Pereira

DIREITO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A AVALIAÇÃO COMO
EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL: PROGRAMA CIÊNCIA SEM
FRONTEIRAS. - Rio de Janeiro, 2025.

Orientador: Ivan César Ribeiro

Coorientador: Emerson Affonso da Costa Moura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em
Direito – PPGD da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Renata Pereira Barreto

**DIREITO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A AVALIAÇÃO COMO EXIGÊNCIA
CONSTITUCIONAL: PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito – PPGD da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

BANCA EXAMINADORA:

Local: XXXXX

Data: XX/XX/XXX

Prof. Dr. Ivan César Ribeiro

Prof. Dr. Benedito Fonseca e Souza Adeodato

Prof. Dr. Saulo de Oliveira Pinto Coelho

Prof. Dra. Caroline Müller Bitencourt

Prof. Dra. Clarice Seixas Duarte

Rio de Janeiro

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Por ordem de antiguidade, a Rodrigo Vaz e
Tom.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

AGRADECIMENTOS

Reconheço meu esforço, fundamental para chegar até aqui e o apoio da minha família.

Agradeço ao meu orientador, não apenas pela valiosa orientação nesta pesquisa, mas também pelas inúmeras oportunidades que me foram proporcionadas ao longo desses anos. Estendo minha gratidão ao CEOE e a todos os seus integrantes, pelas pesquisas realizadas e pelos eventos que tivemos a oportunidade de participar e organizar juntos, os quais impactaram minha trajetória de forma significativa.

Um agradecimento especial à Unirio, aos professores, servidores, alunos, representante de turma e ao coordenador do curso, que, além de viabilizarem esta pesquisa, compartilharam comigo momentos marcantes ao longo dessa jornada.

À minha turma de mestrado, composta por pessoas valiosas que cruzaram meu caminho, enriqueceram essa jornada e a tornaram mais leve.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

RESUMO

Este estudo busca avaliar o programa Ciência sem Fronteiras - CsF a partir de uma revisão sistemática da literatura, considerando a exigência constitucional de avaliação de políticas públicas conforme a Emenda Constitucional nº 109. O objetivo principal é analisar os impactos do programa. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, baseada na revisão sistemática de estudos publicados entre 2014 e 2020. Foram utilizadas bases de dados acadêmicas, como Google Scholar e plataformas indexadoras, por meio do software Publish or Perish, aplicando operadores booleanos para filtrar estudos relevantes. A análise documental seguiu critérios de seleção alinhados com os padrões de uma revisão sistemática, considerando trabalhos que utilizaram dados do Enade e técnicas estatísticas para avaliação do CsF. Observou-se a ausência de uma avaliação estruturada do Programa CsF antes, durante e após sua implementação. Os estudos analisados apresentam dificuldades na mensuração dos impactos, principalmente como consequência da inexistência de indicadores previamente definidos. Além disso, a revogação da exigência de instalação de um comitê de acompanhamento do programa comprometeu a continuidade da avaliação dos seus resultados. No entanto, algumas pesquisas demonstraram ganhos individuais de capacitação para bolsistas, embora sem evidências robustas de impacto generalizado na competitividade científica e tecnológica do Brasil. O estudo evidencia a necessidade de aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. A ausência de parâmetros claros compromete a efetividade da análise do Programa Ciência sem Fronteiras, dificultando a prestação de contas à sociedade e a formulação de políticas futuras. A pesquisa destaca a importância da interdisciplinaridade entre Direito e Políticas Públicas na estruturação de avaliações que garantam transparência e accountability nos programas governamentais.

Palavras-chave: Direito e Políticas Públicas. Ciência sem Fronteiras. Políticas Públicas. Avaliação de Políticas. Revisão sistemática.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

ABSTRACT

This study aims to evaluate the Science Without Borders (CsF) Program through a systematic literature review, considering the constitutional requirement for public policy evaluation established by Constitutional Amendment No. 109. The main objective is to analyze the program's impacts. The research adopts a qualitative and quantitative approach based on a systematic review of studies published between 2014 and 2020. Academic databases such as Google Scholar and indexing platforms were used through the Publish or Perish software, applying Boolean operators to filter relevant studies. The document analysis followed rigorous selection criteria, considering studies that used Enade data and statistical techniques to assess the CsF program. The systematic review revealed the absence of a structured evaluation of the CsF Program before, during, and after its implementation. The analyzed studies indicate difficulties in measuring its impacts due to the lack of predefined indicators. Additionally, the revocation of the program's monitoring committee compromised the continuity of result evaluation. However, some studies demonstrated individual training benefits for scholarship recipients, although there is no robust evidence of a widespread impact on Brazil's scientific and technological competitiveness. The study highlights the need to improve monitoring and evaluation mechanisms for educational public policies. The absence of clear parameters undermines the effectiveness of the Science Without Borders Program analysis, making it difficult to ensure accountability to society and inform future policy decisions. The research underscores the importance of interdisciplinary collaboration between Law and Public Policy in designing evaluations that promote transparency and accountability in government programs.

Keywords: Law and Public Policy. Science without Borders. Public Policies. Policy Evaluation. Systematic review.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	Análise Exploratória de Dados
CSF	Ciência sem Fronteiras
CGU	Controladoria Geral da União
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DPP	Direito e Políticas Públicas
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GOM	Método <i>Grade of Membership</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MCTI	Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação
M&A	Monitoramento e Avaliação
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCU	Tribunal de Contas da União
UNB	Universidade de Brasília
WOS	Web of Science



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	17
1.1 Direito nas Políticas Públicas e a avaliação como exigência constitucional.....	17
1.2 Arranjo jurídico institucional do Programa Ciência sem Fronteiras	23
1.3 A necessidade de uma metodologia de avaliação	32
CAPÍTULO 2	37
2.1 Parâmetros utilizados na revisão sistemática	37
2.2 Da aplicação prática na revisão sistemática	42
CAPÍTULO 3	60
3.1 Caracterização dos resultados	60
3.2 Análise dos resultados/ discussão	80
CONCLUSÕES.....	84
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNCICE	95
ANEXO.....	101



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

INTRODUÇÃO

O conhecimento é fundamental no desenvolvimento econômico das nações, assim um número cada vez maior de países vem colocando a inovação e o conhecimento no centro de suas políticas para o desenvolvimento. A expansão de programas que enviam estudantes para o exterior, proporcionando a capacitação avançada atrelada ao trabalho prático, enquadra-se nesta estratégia dos países em desenvolvimento (Brasil, 2001).

Neste contexto, o Decreto 7.642 criou o programa Ciência sem Fronteiras com o objetivo de buscar promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, prevendo a distribuição de até 101 mil bolsas em quatro anos.

Enfrentar o problema exige uma abordagem interdisciplinar, que procure investigar os fatores que impactam os resultados da política, com um papel destacado para o Direito, tanto na sua implementação quanto nas demais fases do ciclo de políticas.

Garantir que as políticas públicas sejam implementadas de maneira correta e eficaz é uma exigência legal, observando-se uma evolução que culminou na elevação da necessidade da avaliação das políticas públicas a um dever constitucional examinar tais políticas desde a fase de agenda e ao longo de todo o ciclo político permite o conhecimento e diagnóstico do programa governamental, promovendo a *accountability* e cumprindo o dever de avaliação dos impactos do Ciências sem Fronteiras.

O arranjo jurídico do programa Ciência sem Fronteiras, assim como o de outros programas governamentais, apresenta lacunas importantes em relação à previsão de indicadores de avaliação da política. A ausência de objetivos claramente definidos e parametrizados compromete a capacidade de avaliação eficaz do programa, pois dificulta a criação de métricas objetivas para mensurar o seu impacto e sua efetividade. Essa situação também limita o desenvolvimento de uma análise detalhada e impõe desafios para o monitoramento do cumprimento de metas e a determinação de ações corretivas.

Dessa forma, embora existam estudos que analisam o Programa Ciência sem

A presente pesquisa foi financiada pela Agência de fomento: Financiamento CEOE/Unifesp (TED 02/2020, FDD/MJSP, Processo SEI n.o 08012.003253/2018-45).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Fronteiras, observa-se a ausência de uma revisão sistemática que sintetize as ideias previamente exploradas, especialmente com base em indicadores de eficiência para avaliar seus resultados.

Diante disso, este estudo se apresenta como uma contribuição necessária e relevante para a sociedade. Importante salientar que a revisão sistemática é uma técnica já bastante estruturada para o exame dos resultados em diversas áreas, especialmente na área de saúde e na de políticas públicas, como será desenvolvido adiante – assim, a contribuição deste estudo reside em sistematizar dados, oferecendo uma avaliação clara e integrada do Programa, o que poderá servir de base para decisões futuras em políticas semelhantes. O estudo procura ainda a aproximação entre as áreas do Direito e das Políticas Públicas através de uma nova perspectiva de estudo e pesquisa, a chamada abordagem de Direito e Políticas Públicas (DPP).

Houve uma evolução no entendimento que a sociedade e que estudiosos de políticas têm a respeito da prestação de contas em programas governamentais de grande alcance. Essas alterações podem ser verificadas nas mudanças legais e na busca e apropriação de metodologias capazes de cumprir a demanda legal de avaliação e, ao mesmo tempo, demonstrar os resultados das políticas públicas.

No Brasil, mesmo antes da alteração legislativa introduzida pela Emenda Constitucional nº 109, que modificou o artigo 37 da Constituição Federal ao acrescentar o § 16 — estabelecendo a obrigatoriedade de avaliação das políticas públicas com a divulgação de seus resultados —, já havia estudos sobre a análise de políticas públicas.

Essas pesquisas se fundamentavam, por exemplo, na necessidade de prestação de contas à sociedade, na demonstração dos impactos das decisões e em questões como competência e limites diante da judicialização das demandas sociais. No entanto, ocorre que os estudos específicos na área do direito e políticas públicas esbarram em desafios estruturais e culturais dessas duas áreas que precisam ser ultrapassados para só então serem construídas formas metodológicas únicas de análise e avaliação.

O Programa estudado, mesmo prevendo implementação nacional, não inclui a previsão de qualquer avaliação prévia, de forma a parametrizar as necessidades a serem atendidas e os objetivos a serem alcançados. Não houve, ainda, durante a implementação ou posteriormente à concessão de bolsas de graduação, a avaliação dos dados concretos sobre os resultados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

atingidos. Houve, é certo, a previsão da criação de um comitê, assim como foram estabelecidas metas de bolsas a serem distribuídas entre estudantes e pesquisadores. Mas não houve planejamento claro e preocupação em estruturar um processo, mesmo que incipiente, de avaliação e monitoramento.

De fato, o arranjo jurídico que formalizou o programa previa a criação deste Comitê de Acompanhamento e Assessoramento do Programa, que seria composto por membros da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de entidades privadas que participem do financiamento do Programa.

Porém, a previsão da criação do referido comitê foi revogada pelo Decreto nº 9.784, de 2019, ainda durante a vigência do Programa, o que acabou por agravar o fato de não existirem parâmetros para a avaliação do Ciência sem Fronteiras.

Portanto, o problema levantado nesta pesquisa pretende responder a seguinte questão: Do ponto de vista do Direito aplicado às Políticas Públicas, e em conformidade com a exigência constitucional estabelecida pela Emenda Constitucional nº 109, quais resultados a literatura, com base em uma revisão sistemática, apresenta como avaliação do programa Ciência sem Fronteiras?

Considerando o caráter multidisciplinar deste estudo, procurou-se, por meio da metodologia de revisão sistemática, analisar os trabalhos disponíveis sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no período de 2014 a 2020 e, a partir deste levantamento, apresentar uma síntese dos resultados da avaliação do programa na literatura.

Sendo assim as hipóteses do presente estudo podem ser resumidas da seguinte forma:
H₁ - A revisão sistemática dos estudos acadêmicos e científicos publicados no período entre 2014 e 2020 apontam que o resultado para o Programa Ciência sem Fronteiras foi um programa eficiente, eficaz e efetivo;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

H_{Alternativa} – Não é possível analisar o resultado da literatura, ou mesmo a ausência de avaliação do Programa, diante da inexistência de parâmetros de indicadores para o estudo do arranjo jurídico;

A delimitação teórica do estudo permitiu que a pesquisa permanecesse dentro do escopo temático e, mesmo diante da ausência de uma avaliação oficial do programa e da disponibilidade online de pesquisas, ainda foi possível mapear estudos que analisaram o Programa Ciência sem Fronteiras a partir dos dados do Enade e parametrizá-los, dando início à revisão sistemática.

Desta forma, aplica-se à revisão sistemática (metodologia usual na área dos estudos em saúde, mas com uso crescente em políticas públicas), uma perspectiva de Direito nas Políticas Públicas como forma de analisar os arranjos jurídico-institucionais do programa face aos resultados observados.

Portanto, os objetivos específicos do presente estudo, são:

- a) Contextualizar a avaliação política e o marco legal a partir da exigência constitucional estabelecida pela Emenda Constitucional 109;
- b) Realizar um levantamento sistemático dos trabalhos divulgados no período entre 2014 e 2020 do Programa Ciência sem Fronteiras;
- c) Identificar se os trabalhos divulgados no período entre 2014 e 2020 do Programa Ciência sem Fronteiras avaliaram o Programa a partir dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade;
- d) Estruturar, a partir de uma abordagem quantitativa, a revisão sistemática dos trabalhos publicados sobre o Programa Ciência sem Fronteiras entre 2014 e 2020;
- e) Analisar qualitativamente os resultados da revisão sistemática desses estudos;
- f) Apresentar propostas de atuação ao final do estudo.

Quanto a metodologia aplicada ao estudo, considerando que o tema deste trabalho é ainda pouco explorado academicamente na área do Direito, especialmente no que tange à análise de políticas públicas, e em vista da recente alteração constitucional que acrescenta a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

exigência de avaliação dessas políticas, torna-se necessária uma pesquisa exploratória e de caráter descritivo. Vergara (1998, p. 45) define como:

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nessa classificação.

Para a busca dos resultados, a pesquisa foi conduzida com base no método sistêmico, conforme apontado por Fincato e Gillet (2018), que destacam a importância de considerar a interação e a relação com elementos externos ao sistema. Essa abordagem é especialmente adequada para a natureza multidisciplinar deste estudo.

A revisão sistemática realizada neste estudo consiste em uma estratégia estruturada para busca e organização dos estudos já publicados sobre o tema. Trata-se de uma metodologia utilizada de forma expandida em estudos práticos e com forte base em evidências científicas, como os estudos clínicos na área da saúde ou estudos em políticas específicas, mas ainda muito pouco explorada na área do Direito e Políticas Públicas.

Ainda sobre a revisão sistemática, restou necessária a escolha mais adequada para o presente estudo. Vanti (2002, p.152) cita as subdisciplinas de bibliometria, cienciometria, infometria e webometria como formas possíveis de mediação de avaliação do fluxo de informações. Para Rodrigues e Grubba (2023 p. 187) a revisão sistemática pode ser definida cômada seguinte forma:

De forma diversa da revisão narrativa (RN), a revisão sistemática (RS) – uma forma de pesquisa baseada em evidências (PBE) – busca ser metódica, explícita e passível de reprodução. Cumpre o papel de sistematizar e sintetizar a produção existente na literatura sobre um problema de pesquisa específico.

A utilização dessa metodologia da revisão sistemática possibilitou, a partir da busca e análise dos artigos em periódicos disponíveis digitalmente e selecionados, analisar o Programa Ciência sem Fronteiras, a partir da eficiência, eficácia e efetividade sob a ótica dos trabalhos já publicados nesse sentido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Para dar início à revisão, foram necessários procedimentos como a definição da pergunta pesquisa, definição de palavras-chave e outros, a serem detalhados mais adiante (Lima *et al*, 2021).

Quanto à consolidação da base de dados, a busca de artigos na literatura foi realizada através da plataforma Google Acadêmico. Isso por se tratar de uma das maiores plataformas de busca, com amplas possibilidades de retorno de dados e da possibilidade de busca através de filtros (por exemplo, por período, título, por indicação de palavras-chave, dentre outros). A plataforma também foi utilizada em uma investigação prévia para dimensionar e mensurar a viabilidade técnica da pesquisa, o levantamento das hipóteses e a indicação dos possíveis testes de hipótese.

A construção desse trabalho se desenvolveu por dois anos, a pesquisa e aprofundamento do tema foram aperfeiçoados até o segundo trimestre de 2023. A pesquisa bibliográfica se estendeu pelos três primeiros semestres de 2024 e foi prolongada conforme a necessidade de aprimoramento e consulta em relação ao levantamento e revisão dos trabalhos que foram realizados no segundo e terceiro semestres de 2024. Já a edição e apresentação da versão final do trabalho foi delimitada no último semestre de 2024 com redação final e apresentação no primeiro trimestre de 2025.

Após a abordagem detalhada sobre o papel do direito nas políticas públicas no Capítulo 1, o Capítulo 2 deste estudo dedica-se à identificação dos dados necessários para a revisão sistemática e à análise da literatura sobre a metodologia aplicada. Em seguida, a pesquisa avançou para as etapas de extração e síntese de dados, utilizando as informações coletadas com o auxílio do software *Publish or Perish*. Por fim, os resultados obtidos foram analisados, redigidos e apresentados no Capítulo 3, consolidando as conclusões do estudo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

CAPÍTULO 1

Neste capítulo são explorados os conceitos essenciais para a compreensão da área de Direito e Políticas Públicas, incluindo a relação entre o Direito e as políticas públicas, bem como a avaliação das políticas como uma exigência constitucional.

Após essa introdução ao tema, será apresentado o arranjo jurídico do Programa Ciência sem Fronteiras, permitindo uma compreensão aprofundada sobre sua construção, legitimidade e fundamentação jurídica.

1.1 Direito nas Políticas Públicas e a avaliação como exigência constitucional

De forma preliminar, podemos analisar o direito e as políticas públicas sob óticas distintas. Mas quando aprofundamos a análise dessas ciências e começamos a entender a estrutura do pensamento que constrói essas duas áreas, passamos a observar que, em verdade, o direito e as políticas públicas são áreas intrinsecamente interligadas, sendo fundamental dentro dos estudos da ciência do direito uma compreensão mais detalhada do fenômeno e uma visão a partir da perspectiva das políticas públicas. Vale mencionar que são recentes os estudos que integram as duas áreas - necessária, assim, a presente introdução sobre o tema e apresentação teórica. Necessário considerar a preocupação de juristas que tentavam integrar o estudo das políticas públicas no direito administrativo, conforme Bucci (1997):

As políticas públicas tornaram-se uma categoria de interesse para o direito há menos de vinte anos, havendo pouco acúmulo teórico sobre sua conceituação, sua situação entre os diversos ramos do direito e o regime jurídico a que estão submetidas a sua criação e implementação.

Um dos conceitos aplicados ao direito e à política pública é o de instrumento, assim como definem Spat e Suptitz (2015), que entendem o direito “*como instrumento possível de materializar os objetivos políticos esperados por meio das normas jurídicas*”, enquanto a política pública se apresentando como “*instrumento capaz de concretizar direitos constitucionalmente previstos, principalmente o direito social à cultura*”, ao passo que



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

entendem a política e o direito “*como instrumentos capazes de consolidar ações sociais de cunho prestacional do Estado*”.

Verifica-se, assim, que o direito e as políticas públicas confundem seus objetivos e a forma como se apresentam para a sociedade, assim como se confundem com sua dimensão instrumental: por um lado, o direito instrumentaliza as políticas públicas e, por outro, as políticas públicas são instrumentos de viabilização de direitos e garantias sociais.

Há uma produção cada vez maior de estudos que combinam direito e políticas públicas. Esse movimento ultrapassa o enfoque tradicional de conceituar e prever o direito e as políticas públicas como assuntos de áreas separadas (e.g., a judicialização de políticas públicas), e sinaliza uma expansão na percepção e valorização das políticas públicas como campo de estudo complexo e multifacetado. Neste sentido, a discussão sobre Direito e Políticas Públicas DPP transcende a judicialização e suas implicações, adotando uma abordagem mais ampla que engloba direitos e garantias, a viabilidade e execução das políticas, além de seus impactos econômicos e sociais. Esse aprofundamento e integração dos temas são uma consequência natural e uma exigência decorrente da estrutura multidisciplinar das políticas públicas.

Quando analisamos o direito não apenas como uma disciplina isolada, mas como um elemento essencial para viabilizar demandas sociais e estruturar a organização da sociedade, percebemos seu papel fundamental na legitimação e regulamentação das ações do Estado. Ao estabelecer normas que orientam a convivência e promovem o equilíbrio social, o direito não se limita a ser um mero instrumento de viabilização de políticas públicas, mas se revela intrínseco a toda construção e debate social.

Nessa visão multidisciplinar, torna-se essencial questionar e desenvolver métodos que traduzam essa interdisciplinaridade de forma sistemática e organizada. Isso implica criar ferramentas e técnicas que tornem as pesquisas científicas não apenas válidas e acessíveis, mas também verificáveis e mais transparentes. Ribeiro e Adeodato (2023), por exemplo, apontam a própria abordagem direito e políticas públicas como um campo que visa explorar a interação dessa relação entre o sistema legal e as políticas públicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

A construção metodológica é fundamental, portanto, para estruturar conceitos e ideias de maneira acessível e aplicável, beneficiando não apenas o meio acadêmico, mas também gestores, cidadãos, juristas e legisladores que atuam diretamente na aplicação desse conhecimento.

Para formular essa estrutura de conhecimento e interpretação, portanto, é necessário entender que o direito e as políticas públicas fazem parte um da construção do outro, o direito legitima a política, assim como a política garante direitos, sendo, portanto, indissociáveis. Nesse sentido, dentro da análise das políticas públicas, o direito está presente durante todo o ciclo de políticas, sendo verificável e se adaptando em todas as fases e mesmo entendendo que são ciências vistas a partir de lentes e perspectivas diferentes.

É necessário ampliar a visão dos juristas quanto ao conhecimento do direito, demonstrando que, para além das discussões dos impactos das decisões jurídicas, que se aprofundam nas discussões de causa e consequência e de manejos das decisões junto às ações políticas e que buscam até certo ponto um maior acompanhamento, entender a discussão em si deve estar presente em toda a estrutura de construção social.

A importância dessa compreensão de direito nas políticas públicas durante todo o ciclo é pontuada por Sundfeld (2014), que defende que o DNA das políticas públicas está sendo escrito em códigos jurídicos, diante das normas e atos jurídicos, citando atores sociais que, inclusive, controlariam essas políticas. Como exemplo, cita o Poder judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Procuradores municipais.

Fica evidente que o poder público está diretamente envolvido nas fases da agenda de políticas, tanto na formulação, quanto na implementação e avaliação. E não só o Legislativo e o Executivo estão ligados à agenda de políticas, mas também o Judiciário atua diretamente nas políticas públicas.

Pode-se, assim, observar a atuação dos poderes públicos também na agenda de avaliação, traçando de forma mais clara e multidisciplinar os indicadores que sejam efetivos como critério avaliativo e as formas de demonstração dos resultados. Nesse contexto, o direito está presente desde as reflexões iniciais sobre a estrutura social, estando inserido, como no caso



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

do Brasil, em um Estado Democrático de Direito, no qual se evidencia a necessidade de um pensamento que viabilize essa construção estrutural. Ou seja, antes mesmo de ser traduzido em uma regra escrita de direitos e deveres, o pensamento do que é legítimo para a sociedade passa por uma discussão principiológica, que é uma das faces do direito aplicável na sociedade.

Nesse aspecto, podemos identificar, inicialmente, o direito a partir de duas visões: a principiológica, definindo o que é direito em si, questionando a sociedade de modo geral e pensando em formas de mitigar conflitos, além de levar em consideração discussões éticas e morais; e o direito como estabelecedor e impositor de regras, que vão além das legisladas e estabelecem diretrizes para a condução e manutenção da sociedade.

Nesse cenário, a política pública proporciona à sociedade, de forma prática, a construção de meios para viabilizar e consolidar a busca por direitos e garantias previstas no direito, o que os torna indissociáveis no sentido de que uma área não existiria ou não funcionaria sem a outra. O direito é importante para, além de legitimar as políticas públicas ou indicar os direitos e garantias que devem ser atendidos, questionar como essas políticas devem ser aplicadas, as causas, consequências e a formatação necessária e válida.

Enquanto as pesquisas em políticas públicas evoluem na utilização de metodologias variadas, empregando métricas quantitativas e qualitativas para avaliar resultados, as pesquisas jurídicas tendem a se concentrar em análises bibliográficas e jurisprudenciais. Essa abordagem jurídica, ao priorizar meios de avaliação a partir da doutrina e jurisprudência, por sua natureza, afasta-se do uso de métricas quantitativas, limitando a integração de formas numéricas de avaliação em seus estudos.

Diante disso, exige-se, portanto, mapear as dificuldades e as possibilidades perante a alteração da cultura no país, o que se mostra possível a partir da identificação da pertinência quanto à necessidade do direito nas políticas públicas (Jannuzzi, 2011).

A necessidade de avaliação das políticas como exigência constitucional, de forma objetiva, é considerada de grande impacto quando pensamos na prestação de contas à sociedade. A modificação da Constituição Federal pela Emenda Constitucional 109 de 2021, originada de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial elaborada por senadores durante a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

pandemia de Covid-19, representando um avanço regulatório na exigência de avaliações de políticas públicas, adicionando o §16 ao artigo 37.

Deste modo, o presente estudo se debruça sobre formas metodológicas de avaliação e análise que possam atender às necessidades dos juristas, de forma a cumprir a exigência constitucional de avaliação das políticas públicas.

Dentro dessa linha de pesquisa de "Agenda das Políticas Públicas", o presente estudo foca na análise e avaliação de políticas públicas a partir da literatura. Assim, traz-se essa discussão sob a perspectiva do direito aplicado às políticas públicas.

Em relação à obrigatoriedade de avaliação, demonstração de resultados e definição dos objetos de análise, esse tema permeia todo o estudo. Contudo, antes de abordar especificamente os arranjos jurídicos institucionais do programa em foco, o Ciência sem Fronteiras, bem como o arranjo jurídico que o sustenta e a metodologia adotada — que contextualiza a literatura por meio de uma revisão sistemática —, é fundamental esclarecer a distinção entre o entendimento de "direito das políticas públicas" e "direito nas políticas públicas".

Essa diferenciação é importante pois o presente estudo não visa se debruçar na instituição do programa a partir do instrumento jurídico. Ou seja, entender que o direito da política criada é existente, que o instrumento possui uma previsão legal, qual norma foi utilizada para a construção dessa política e todo o arcabouço jurídico necessário para tramitação, aprovação e validade de uma política são itens necessários, mas não se apresentam como objeto principal proposto neste estudo.

E a necessidade de compreender essa diferenciação é inerente a uma deficiência metodológica, apontada por Coutinho (2013), dos próprios juristas que ao desempenharem os papéis de gestores, administradores ou procuradores se conectam com a política pública o que, em regra, não ocorre quando atuam como cientistas sociais.

Para além do direito como instrumento dessas políticas, o autor aponta ainda o direito como vocalizador das demandas sociais provendo ou desprovendo as políticas públicas em si.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Essa prática por si só fere a previsão dos art. 20 e 22 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB/ Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que apontam a necessidade de observar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas, além da impossibilidade de tomada de decisão sem serem consideradas as consequências práticas.

Nesse sentido, Clune (2021) aponta o direito como fator que possibilita a ampliação e limitação da liberdade, sendo, nas políticas públicas, o fator que busca o equilíbrio de liberdades sobre limitações. E observa, por outro lado, o fato de que as políticas públicas impulsionam o direito, seja na estruturação, cooperação social ou persistência das estruturas jurídicas.

Assim, a justaposição do direito e políticas públicas consiste no impacto no bem-estar social agregado das alocações de autoridade; mais especificamente, consiste no desenho de alocações relativamente estáveis de autoridade (instituições) destinadas a melhorar o bem-estar agregado.

[...]

Assim, embora a análise de políticas públicas no direito tenha muitos atrativos, especialmente porque elas se relacionam tanto ao desenho macrojurídico quanto ao bem-estar em escala ampla, o direito público e as políticas públicas provavelmente nunca irão dominar o currículo das faculdades de direito.

(Clune, 2021).

Portanto, o Direito permeia a tomada de decisão assegurando ainda a participação e ultrapassando a burocracia necessária para o cumprimento das fases de uma política. Nessa linha, Coutinho (2013), define o direito:

O direito, nas políticas públicas, então, pode ser visto, assim, como tendo a função não trivial de assegurar que elas não escapem aos mecanismos de participação e accountability.

[...] O arcabouço jurídico pode, adicionalmente, ser mais ou menos capaz de estimular a mobilização de atores que, de outra forma, não se engajariam no acompanhamento e na avaliação de programas de ação públicos. Assim visto, o direito seria comparável a uma espécie de correia de transmissão pela qual agendas, idéias e propostas gestadas na esfera pública circulam e disputam espaço nos círculos tecnocráticos.

As políticas públicas podem se apresentar de forma ampla e geral, ou ainda a partir de planos concretos como os programas que viabilizam as políticas previstas de forma macro, como no presente caso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Para a formulação e instrumentalização dessas políticas, se faz necessário o cumprimento das exigências legais. Assim, o direito das políticas públicas é, portanto, o direito que instrumentaliza a partir de uma previsão legal a formulação de uma política pública. Essa visão instrumental, necessária para a formulação do arranjo institucional da política de forma finalística, é insuficiente para a compreensão do direito nas políticas públicas, conforme pontua Coutinho (2013). O autor defende ainda que o “direito, nas políticas públicas, então, pode ser visto, assim, como tendo a função não trivial de assegurar que elas não escapem aos mecanismos de participação e *accountability*”.

Dessa forma, o direito nas políticas públicas, em uma perspectiva mais ampla, vai além de sua função instrumental de viabilização, sendo compreendido como um elemento que influencia a tomada de decisões e processos, estruturando relações e impactando as interações dessas políticas na sociedade.

Portanto, no presente estudo, a perspectiva do direito nas políticas públicas vai além do seu papel de ferramenta viabilizadora ou de direito fundamental, e passa a abranger as dimensões substantivas, estruturantes, instrumentais e participativa, por meio da definição dos objetivos, da competência, do meio jurídico adequado e da participação, assegurando-lhes, assim, voz e garantia do controle social, respectivamente (Coutinho, 2013).

1.2 Arranjo jurídico institucional do Programa Ciência sem Fronteiras

O direito, de forma instrumental, é apontado por Bucci (2023) como uma ferramenta que possibilita, na prática, a atuação da política pública, trazendo discussões sobre o arranjo jurídico institucional e da importância da integração das duas áreas, que se expandem para ser reconhecidas como uma só área, ou melhor, como uma abordagem.

A integração entre as áreas do direito e das políticas públicas (DPP), destacada por Bucci e Souza (2022), como uma nova perspectiva de estudo e pesquisa, representa uma abordagem inovadora que vem redefinindo o papel do direito e a percepção sobre o Poder



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Legislativo. Ao longo dos anos, essa transformação se torna evidente nas discussões acerca da exigência constitucional de avaliação das políticas públicas como forma de prestação de contas à sociedade, promovendo maior *accountability*.

Quando verificamos as políticas públicas nesse aspecto, precisamos de um recorte que nos permita compreender de maneira mais profunda o impacto das pesquisas na política, o que será aprofundado ao longo dessa pesquisa - e assim é o caso do programa Ciência sem Fronteiras que será utilizado como objeto de estudos nos próximos capítulos. Nele podemos verificar a intenção da participação do Estado sob diversas óticas.

Dentre essas perspectivas, duas se destacam: a interferência do Estado em políticas de educação, quando enxergamos o programa pela lente da internacionalização do ensino em si, e a intervenção do Estado pela lente do interesse em produção e desenvolvimento e de maior inovação e competitividade do país, vislumbrando um impacto econômico para o investimento a ser realizado.

Mesmo que o caminho escolhido para atingir os objetivos da política seja investir recursos públicos em pesquisas voltadas para áreas comercialmente ativas e aprovadas sob o contexto de mercado e qualificação de mão de obra no Brasil, trata-se de um investimento massivo e de uma gestão dos principais órgãos de educação.

A própria definição jurídica sobre por qual lente se deve observar os fenômenos da institucionalização de uma política, perpassam sobre a ótica do Direito Constitucional e do Direito Administrativo, - atualmente, por serem as políticas entendidas como formas de aprimoramento de ações governamentais, a discussão se expande para questionar a necessidade de setorizar esse conhecimento.

Mesmo a política pública sendo uma forma de racionalizar o exercício do poder do Estado, conforme conceitua Bucci (1997), limitar o estudo da política dentro de uma área do direito ou até mesmo defini-lo como uma discussão de Direito público ou privado, ou ainda buscar uma nova disciplina que defina novos parâmetros para a discussão, limita o avanço quanto às formas de apresentar a política pública para os aplicadores do direito.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Essa perspectiva, inclusive, é apontada por Clune (2021, p. 69) quando pontua a influência da política pública sobre o direito e a configuração das instituições jurídicas. O direito tende a se organizar diante do que o autor pontua como principais problemas de desempenho das economias modernas: “regulamentação da economia, transferência de renda, saúde, educação e treinamento, emprego, meio ambiente e assim por diante”.

O direito e políticas públicas, de forma sobreposta, são viabilizadoras de impactos de bem-estar social ao adaptarem sinergicamente as formas tradicionais das organizações jurídicas com a implementação das políticas públicas.

A ausência de participação social na escolha e determinação das prioridades das políticas públicas abre margem para questionamentos quando nos deparamos, por exemplo, com os valores investidos. E, diante da ausência de dados de avaliação e monitoramento, abre-se espaço para questionamentos que vão além dos valores investidos.

Quando a participação social não é devidamente observada, outras forças encontram meios de influenciar as políticas. Bucci (2006) destaca, por exemplo, a atuação política dos movimentos sociais, o papel da imprensa ao expor os aspectos positivos e negativos das políticas públicas e a influência do mercado, que busca moldar a regulação econômica.

Esses questionamentos transcendem a discussão da viabilidade econômica de qualquer programa ou ainda da legitimidade legal da estrutura proposta. Eles reflexões sobre as razões e os critérios para a alocação de um bem público, no caso do programa Ciência sem Fronteiras, do elevado investimento de verba pública e a possibilidade de outras políticas terem sido impactadas com a alocação desses recursos de forma diversa.

A atuação e cooperação dos entes federativos pela definição de meios e fins, assim como o controle de forma conjunta entre a atuação dos juristas e dos administradores públicos, são evidenciadas por cinco fatores descritos por Bucci e Souza (2022). São eles: a utilização de instrumentos jurídicos para implementação; a existência formal que o direito atribui às políticas (*policies*); a relação entre instituições; a institucionalidade dos locais de disputa política, possibilitada a partir da modelagem do direito, e a intersecção propriamente dita entre direito e política na implementação das políticas públicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Sobre essa necessidade de identificação dos papéis do direito e dos juristas, Coelho et al (2023) defende a atuação de forma articulada, com entendimentos multidisciplinares, intersetoriais e multinível. Esse enfoque é relevante na implementação, possibilitando expandir o olhar para além da participação na discussão das decisões e estrutura apenas na atuação do Legislativo com a produção de leis escritas, abrangendo também a fase de execução das políticas públicas.

O programa Ciência sem Fronteiras, foi instituído pelo Decreto Federal n 7.642, de 13 de dezembro de 2011. O texto legal delimita os objetivos do Programa; trata das possibilidades de serem firmados convênios, cooperações, entre outros ajustes, com entidades de todos os setores públicos e entidade privada; cria o Comitê Executivo e o Comitê de Acompanhamento e Assessoramento do Programa Ciência sem Fronteiras, definindo seus membros e suas atribuições, o que foi posteriormente revogado pelo Decreto Federal n 9.784, de 2019; estabelece responsabilidades às instituições CAPES, CNPq, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ministério da Educação e aos órgãos responsáveis pelo custeamento do Programa.

Assim como a política em si é ampla e multidisciplinar, idealizada para suprir necessidade de várias áreas da sociedade, o esforço para a implementação é em conjunto com os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

A formulação do programa e as alterações realizadas no seu escopo demonstram a fragilidade do arranjo jurídico institucional da política. Para além do direito como base de formulação, pode-se verificar que a política em si apresenta problemas não só de desenho instrumental, mas também em questões *ex ante*. Assim, investimento de elevado valor, direcionado para um só programa, passa por deliberações jurídicas, como o estabelecimento de critérios de seleção e implementação dessas bolsas, entre outros fatores que apenas reforçam a impossibilidade de dissociar o direito das políticas públicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Isso demonstra a forma da implementação como uma verdadeira demonstração de oscilação na intervenção do Estado como forma de poder. Mais do que possibilitar e legitimar a participação social dentro da discussão política, se faz necessário viabilizar essa participação de forma fundamentada. A própria tomada de decisões exige o embasamento com dados e informações para que seja efetiva e que leve em consideração informações coerentes, que traduzam a realidade e o impacto gerado.

Quando analisamos o ciclo de políticas públicas, podemos entender e tomar decisões de forma fundamentada. Assim, a partir de um modelo democrático de direito, e de uma atuação mais estrutural do poder público e do judiciário, pensando a partir do monitoramento, avaliação e aprimoramento incremental, se pode objetivar uma forma mais estruturada, racionalizada e fundamentada dos problemas sociais e das possíveis soluções, arregimentando políticas públicas que irão atuar conjuntamente com o direito nesse aspecto.

Por este motivo, avaliar e monitorar no campo de políticas públicas é importante para a produção do conhecimento e aprendizado institucional de curto e longo prazo, sendo possível o aproveitamento dos juristas como aliados nessa função de construção de conhecimento.

Nessa perspectiva, ao pensar em mudanças políticas, se faz necessário questionar e entender as demandas sociais em que se pretende atribuir ações ou até omissões. Se pensarmos a omissão também como uma decisão política, como defende Sechhi (2016), analisando, ou seja, estudando os fragmentos desse complexo sistema a partir das relações entre essas partes para interrelacioná-las. Laswell (1956), por exemplo, já apontava a *initiation* como uma das funções de informação, previsão e planejamento, sendo a fase inicial do que seria necessária para estruturar o processo decisório a partir de uma análise funcional.

Quando pensamos na formulação da agenda e discussão sobre as necessidades que, por exemplo, as políticas públicas precisam atingir, a população também deve ser voz nessa estrutura para que esta se torne democrática e participativa. Inicialmente, ao tratar da representatividade em um estado democrático, Ely (2010), reconhece a impossibilidade de participação social ativa e direta de todos os cidadãos na formulação de leis e destaca o conflito de interesses evidente entre os que governam e os governados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

A internacionalização do conhecimento, mesmo acompanhada pelo Ministério da Educação, em verdade, transcende e ultrapassa uma política de educação, pois foi estruturada dentro de discussões sobre desenvolvimento do país em que se analisavam as possibilidades de retorno econômico para o Brasil e que foi transposta no *Livro Verde - Ciência, Tecnologia e Inovação: Desafio para a sociedade brasileira* (2001), assim como no *Livro Azul - 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação* (2010).

Esses documentos traduziam, na época, as discussões sobre temas de ciência, tecnologia e inovação e os desafios para a sociedade brasileira, sendo apontada a internacionalização do conhecimento como solução de produção, desenvolvimento e competitividade.

Ao Estado, cabe intervir ativamente dentro das estruturas de investimento em educação como base de uma ação de governo que impacta diversas áreas, não só a da educação, mas a da internacionalização do conhecimento e do desenvolvimento de pesquisas no país, além de buscar tornar o Brasil mais competitivo.

Se pensarmos sob esse ponto de vista da intervenção do Estado, Bobbio (1994) chama a atenção quanto ao Estado liberal não ser necessariamente democrático. O autor cita ainda que, historicamente, sociedades nas quais a participação do governo é bastante restrita, limitada, clássica. Isso quer dizer que um governo democrático não dá vida necessariamente ao estado liberal. Para o autor, não há liberalismo sem individualismo, principalmente quando o questionamento vem a partir do extrato social e não mais do poder do soberano.

Assim, ao pensarmos na necessidade de uma estrutura coletiva respeitando o individual, as políticas elaboradas de forma ampla, plural e comunicativa, como defende Habermas (1997), precisam transpor os interesses individuais e questionar as formas de democracia social, não só pelo aspecto da participação nas decisões, mas de ter acesso a garantias básicas – e isso uma preocupação coletiva.

Essas garantias, como já visto, são desenhadas, estruturadas e viabilizadas tecnicamente a partir do direito, do direito intrínseco do cidadão de alcançar aquele objetivo pessoal e social, sendo essas garantias efetiváveis a partir de políticas públicas.

A própria garantia, portanto, adentra discussões sociais viabilizadas pelo direito, porém, é necessário mais do que uma regulamentação jurídica e um arranjo institucional fundamentados pelo direito, mas uma política pública que viabilize a prática dessa atuação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Além desse direito intrínseco, temos o direito viabilizador dessa atuação do Estado, que a partir da garantia de um instrumento apto a tornar aquela política válida, desenha e apresenta o arranjo jurídico. Nesse sentido, Bucci e Coutinho (2017) apontam como forma de fomentar a inovação, além da figura do Estado como planejador, facilitador, articulador e estruturador, a necessidade de articular políticas e arranjos que possam gerenciar o Estado, as empresas e as universidades.

Essa sociedade em rede afeta a lógica das relações de poder da organização social. No entanto, não inclui todas as pessoas e o direito precisa se fazer presente na construção desses arranjos para garantir critérios objetivos de atuação, garantindo a legitimidade e a legalidade nos critérios dos desenhos de arranjos institucionais, estando intrínseco, portanto, o direito em toda a construção da política pública.

Temos, assim, a maior das contradições: quanto mais desenvolvemos a elevada produtividade, os sistemas de inovação da produção e da organização social, menos precisamos de uma parte substancial de população marginal, e mais difícil se torna para esta população acompanhar esse desenvolvimento. A correção deste processo de exclusão massivo requer uma política pública internacional, concertada, que actue nas raízes do novo modelo de desenvolvimento (tecnologia, infra-estruturas, educação, difusão e gestão do conhecimento) em vez de simplesmente providenciar a satisfação das necessidades, que surgem da exclusão social, sob a forma de caridade. (CASTELLS, 2005, P. 28)

No caso do Programa Ciência sem Fronteiras, após o investimento massivo direcionado ao Programa, questiona-se a real obtenção dos objetivos pretendidos com a política. E a resposta a isso só é possível a partir da demonstração dos resultados obtidos após anos de implementação.

Nesse sentido, Sechhi (2016) aponta que a tomada de decisão depende, além de fatores externos, do posicionamento dos próprios atores políticos frente às decisões – só podemos falar em garantias quando os representantes forem, de fato, um reflexo da sociedade que representam. Nesse sentido de cidade, onde se conhece a realidade do local das demandas sociais, uma forma de viabilizar essa solução é a partir da avaliação e divulgação dos resultados da implementação das políticas.

A ausência de participação social na escolha e determinação das prioridades das políticas públicas possibilita questionamentos quando nos deparamos, por exemplo, com valores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

investidos em obras pontuais e, diante da ausência de dados de avaliação e monitoramento, abrimos espaço para questionamentos para além dos valores investidos, para o motivo e o objetivo da implementação daquela política, ultrapassando a ideia de que o poder discricionário possibilita e viabiliza qualquer decisão sem objetivamente justificá-la.

Nesse ponto, não de forma contraditória, porém de forma conscientizadora, Bucci (2006) alerta que o Governo precisa articular essa participação social para que esta não se torne contraditória, inconsistente e inadequada ao esforço empenhado pelos outros agentes, destacando o risco da aproximação entre sociedade e administração diante de uma politização excessiva.

Além dessa preocupação, precisa ser levada em consideração para garantir um tratamento isonômico, não só na escolha das demandas a serem atendidas, mas a escolha daquele recorte da população beneficiado diretamente. Isso, claro, além de pontos como áreas excluídas, distribuição da política e participação social e formulação e distribuição das políticas públicas.

Para a solução de problemas, a visão tradicional defendida por Jesus e Costa (2013) é de uma construção de soluções, diante dos problemas cotidianos, a partir de tecnologias, evidenciando que a observação em soluções cotidianas pode ser proposta de forma criativa, simples, barata e a partir da observação da real necessidade local.

Ou seja, se pensarmos a discussão do presente tema sob a perspectiva do direito e das políticas públicas, podemos verificar um aprofundamento propriamente dito nas políticas, voltado para um viés apresentado também por outros autores como Coutinho (2013) e Bucci (2006). Eles destacam esse primeiro olhar do direito como parte intrínseca da política pública, sendo o direito colocado como uma ferramenta que possibilita, na prática, a atuação da política e também a construção do arranjo jurídico institucional em si.

Mais do que transpor as necessidades signatárias em que se pressupõe o arranjo jurídico institucional, que viabiliza a política, se faz necessário, conforme se estabelece nas discussões sobre Direito e Políticas Públicas - DPP, perceber e entender a complexidade e a multidisciplinaridade das políticas, como no caso do programa Ciência sem Fronteiras. Ao pensar em garantia de educação, coloca-se em debate ainda dentro da visão das políticas de ciência, tecnologia e inovação, a própria inclusão periférica nas pesquisas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Os estudos de avaliação se debruçam nos indicadores que devem ser observados para a devida avaliação de uma política pública. Siedenberg (2003), assim, aponta que os indicadores devem ser observados como instrumentos analíticos auxiliares, destacando sua utilidade para sistematização e representação de uma realidade complexa.

O autor alerta para o uso de forma exclusiva de um indicador, que pode influenciar de forma significativa análises sobre o processo de desenvolvimento, detalhando indicadores sociais, e a possibilidade de que estes indicadores exerçam função avaliativa, normativa ou decisória.

Essa perspectiva, entretanto, enfrenta obstáculos nos métodos tradicionalmente empregados na pesquisa jurídica. Barreto (2024), por exemplo, argumenta que, além de tratar a judicialização de demandas, os impactos das decisões dos Tribunais sobre os cofres públicos e a intervenção jurídica na administração pública, é necessário ampliar o enfoque consequencialista da pesquisa.

Para a autora, é essencial reconhecer que o direito permeia todas as fases do ciclo de políticas públicas, o que exige um aprofundamento e uma estrutura mais robusta nos estudos da área. Esse avanço, contudo, encontra desafios estruturais e culturais tanto no campo jurídico quanto no das políticas públicas.

Essas barreiras derivam da própria estrutura e natureza do direito. Sundfeld (2014) aponta como exemplo a falta de coesão interna do direito, marcada por disputas de poder em relação ao campo político. Nessa dinâmica, as políticas públicas acabam se posicionando como mediadoras nas disputas de influência entre órgãos de controle e instâncias políticas. Esse papel intermediário torna o direito inseparável das políticas públicas, funcionando simultaneamente como instrumento de controle e de formulação política. Assim, as metodologias de ambos os campos se entrelaçam, dificultando a sua separação.

Para superar esses desafios, Sundfeld (2014) destaca a necessidade de melhorar a comunicação entre o mundo jurídico e o não jurídico. Segundo ele, a falta de diálogo entre essas esferas gera uma complexidade que se traduz em altos custos e dificuldades metodológicas para integrar ambas as áreas. A criação de uma abordagem metodológica compartilhada é essencial para consolidar a relação entre direito e políticas públicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Portanto, na integração das áreas em que até certo ponto sequer poderíamos desentranhar o direito e as políticas públicas, se faz necessário entender que as metodologias de análise e avaliação também precisam interagir de uma forma que atendam a multidisciplinaridade e complexidade das demandas.

1.3 A necessidade de uma metodologia de avaliação

Nesse contexto de necessidade de avaliação de ações governamentais, Jannuzzi (2011) observa que essa preocupação é tão antiga quanto os próprios métodos de avaliação de políticas públicas. No Brasil, a institucionalização das atividades de monitoramento e avaliação (M&A) ainda enfrenta barreiras culturais que dificultam uma análise crítica e sistemática dos programas, comprometendo a efetividade dessas avaliações.

A importância das análises para além da tomada de decisão fundamentada impacta a sociedade nas mais diversas áreas. Weimer e Vining (2011), por exemplo, defendem a ideia de que a eficiência econômica está atrelada à ideia de valor social, apontando o peso das deliberações governamentais, assim como a distribuição de bens. Na mesma linha, também caminha Wildavsky (1979), que destaca a necessidade de criar formas híbridas que agregam tanto o planejamento como uma forma de fundamentar as decisões tornando as escolhas funcionais e racionais.

O autor destaca ainda a necessidade de integração tanto da adequação na influência política de forma inteligente, quanto a integração das forças sociais que guiam a inteligência, concluindo que a análise de políticas faz mais sentido não como substituto, mas sim como um auxílio à política de interação social, sendo o meio de expor a verdade ao poder.

Portanto, a análise política pressupõe também a visão do analista, e Wildavsky (1979), alerta que os analistas possuem suas próprias vivências e interesses, questionando até que ponto a racionalidade seria suficiente para as análises, visto que, para o autor, a interação social e o design político coexistem assim como as políticas e o planejamento.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Nesse sentido, buscar metodologias de análise e avaliação destacando a importância da divulgação de resultados é uma forma de prestação de contas à sociedade. Porém, isso não garante, por si só, a correta tomada de decisão pelos gestores e atores políticos, conforme destacam e alertam Bucci (2006) e Secchi (2016) quando consideram a discricionariedade das decisões.

Entre as metodologias que podem contribuir para o processo de tomada de decisão em políticas públicas, destacam-se várias técnicas analíticas, como a análise de custo-benefício, a análise de custo-efetividade, o redesenho incremental, o mapeamento de argumentos e as projeções estatísticas. Essas abordagens, embora demandem um trabalho de pesquisa integrada, são métodos valiosos para melhorar a qualidade das decisões nas políticas públicas, conforme argumenta Secchi (2016).

Ocorre que a própria metodologia de análise e avaliação e a utilização de métodos e expertises de outras áreas do conhecimento são pouco discutidas, existindo, em verdade, uma proposição de novas metodologias de análise para o campo de direito e políticas públicas. Assim, o que se propõe inicialmente nesse sentido, é a utilização e aproveitamento de métodos já utilizados em outras ciências, como é o caso da revisão sistemática e de metanálise.

A necessidade de criar formas híbridas que agregam tanto o planejamento como uma forma de fundamentar as decisões tornando as escolhas funcionais e racionais são defendidas por Wildavsky (1979).

O autor destaca a necessidade de integração tanto da adequação na influência política de forma inteligente, quanto a integração das forças sociais que guiam a inteligência, concluindo que a análise de políticas faz mais sentido não como substituto, mas sim como um auxílio à política de interação social.

Essa forma de expor resultados e análise é o meio para retratar a verdade ao poder, o que exige a interação social tanto para entender o que está ocorrendo como para apontar sugestões, tornando o desejável factível, assim como a participação social efetiva.

Considerando a necessidade de discutir os temas de políticas públicas utilizando uma linguagem que inclua juristas, aplicadores do direito e de agentes tomadores de decisão, conforme defende Coutinho (2018), alguns termos precisam de breve esclarecimento, como



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

monitoramento, avaliação de programa (*Program Evaluation*) e análise de política (*Policy Analysis*).

Não pretende o presente estudo, portanto, limitar a pesquisa quanto à análise da arquitetura jurídica apenas. Como será apontado nos próximos capítulos, a insuficiência de uma dogmática normativa em relação à exigência de divulgação dos resultados do programa Ciência sem Fronteiras é uma característica marcante do programa que pode ser identificada desde sua construção.

O arranjo jurídico que desenha e estrutura o referido programa, prevê a necessidade de acompanhamento no texto original de sua formulação. Todavia, esse mesmo instrumento jurídico que previa a comissão de monitoramento, conforme anteriormente citado, foi revogado, afastando assim a previsão legal da necessidade de um órgão de monitoramento.

No caso do programa Ciência sem Fronteiras, tanto a análise quanto a avaliação são aplicáveis. Arretche (2013) diferencia esses dois conceitos ao explicar que a avaliação se relaciona com a atribuição de resultados a um desenho institucional específico, utilizando métodos, técnicas e ferramentas que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre as políticas públicas e seus resultados.

Na avaliação, a autora defende que a efetividade é um aspecto central que distingue esse processo da análise, pois examina até que ponto a política pública atinge os objetivos propostos.

Essa mudança legislativa destaca a importância não só da avaliação de políticas, mas também na clareza da divulgação de resultados. Esses aspectos são elementos fundamentais tanto no processo de tomada de decisão, quanto no de transparência com a sociedade.

No Brasil, a transparência na Gestão Pública tem sido promovida por meio de auditorias, portais de transparência, pesquisas e coleta de dados. No entanto, esses dados muitas vezes carecem de tratamento analítico que permitam uma compreensão acessível da situação do país. Como resultado disso, encontra-se a dificuldade no uso efetivo de informações para fundamentar as decisões políticas.

Instituições públicas como a Receita Federal, os Tribunais de Contas e diversas Secretarias já empregam metodologias de análise e divulgam os resultados identificados, promovendo transparência e compartilhamento de conhecimentos e práticas com o público.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Nesse mesmo sentido, as pesquisas desenvolvidas em âmbito acadêmico ainda sustentam uma lacuna de pesquisa e divulgação sobre os resultados das políticas públicas de forma ampla, possibilitando as discussões nas mais diversas áreas.

Apesar dessas iniciativas, muitas metodologias de análise continuam concentradas no setor econômico, com pouca atenção a outras áreas igualmente relevantes. Com a alteração constitucional que exige avaliação e divulgação de resultados, espera-se que a cultura de avaliação se expanda para todos os setores, promovendo dados acessíveis para embasar decisões em políticas públicas amplamente.

As possibilidades de avaliação não se limitam às políticas públicas concluídas. Bonifácio e Motta (2021) identificam três momentos de avaliação: *ex ante*, antes da implementação; durante a execução; e *ex post*, após a conclusão das ações. Além disso, os autores descrevem quatro tipos de avaliação: de produtos e materiais, de processos, de eficiência (ou econômica) e de efetividade (ou de impacto).

Como guia para análise de políticas públicas, Bucci (2013) apresenta os elementos necessários para examinar um programa de ação, focando em políticas públicas já institucionalizadas ou em fase de institucionalização, mas excluindo a etapa de formulação do ciclo político. Diante desse contexto, surge a questão sobre a possibilidade de adotar metodologias de análise já consolidadas, como ocorre na Nova Gestão Pública, que aplica métodos da administração privada com adaptações adequadas ao setor público.

A utilização de tais métodos poderia fornecer métricas objetivas para avaliar resultados e impactar diretamente a condução das políticas públicas.

Além disso, interpretar o campo do Direito e das Políticas Públicas exclusivamente pela ótica do direito público limita as possibilidades de atuação e avaliação em áreas além do direito, restringindo os estudos no longo prazo. Portanto, é crucial evitar abordagens metodológicas que restrinjam o crescimento dessa área interdisciplinar, o que contraria os interesses mais amplos da sociedade.

Estabelecer metodologias de análise confiáveis também é um passo para legitimar estudos na área, conferindo-lhes uma base robusta e menos sujeita à subjetividade. A suposição de que métodos formais aumentariam a produção científica em qualidade reflete uma preocupação com o fortalecimento dessa produção no Brasil. Bucci (2019) aponta que a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

ausência de uma abordagem estruturada e sistemática dispersa o conhecimento e dificulta o avanço coletivo na área, indicando a importância de uma reflexão metodológica para promover um desenvolvimento conjunto.

Bonifácio e Motta (2021) referem-se a várias obras fundamentais de Monitoramento e Avaliação no Brasil, como os manuais "Avaliação de Políticas Públicas: guia prático de análise ex post" (2018) e "Avaliação de Políticas Públicas: guia prático de análise ex ante" (2018), além das "Diretrizes para a prática de avaliação no Brasil" (2020) e o "Referencial de Controle de Políticas Públicas" do Tribunal de Contas da União.

A maioria dessas obras adota um formato de manual ou guia, facilitando a compreensão e a ampla disseminação de metodologias. Esse enfoque contribui para o crescimento integrado do Direito e das Políticas Públicas como áreas interdependentes, ao possibilitar uma linguagem acessível e prática tanto para os agentes de políticas públicas, quanto aos juristas de forma a diminuir as diferenças apontadas entre as duas áreas e possibilitar o trabalho com o pensamento conjunto.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

CAPÍTULO 2

O presente capítulo traça os parâmetros e metodologias utilizadas no levantamento de dados e descrição detalhada das fases da revisão sistemática – fases essas de observação mandatória para a garantia da pesquisa válida - o detalhamento quanto às fases necessárias para a realização de uma pesquisa pelo método da revisão sistemática garante a confiabilidade, verificabilidade e transparência da pesquisa.

Como tratado no capítulo anterior, a área do direito pode se beneficiar de metodologias já utilizadas em outras áreas. A exigência legal de avaliação e demonstração de resultados precisa estar aliada a métodos não só qualitativos de análise, mas também quantitativos para a demonstração de resultados.

O capítulo 2, portanto, prepara o leitor para entender os parâmetros utilizados nesta pesquisa, além da aplicação prática e detalhada da revisão sistemática, o que direciona para o último capítulo do estudo, quando serão apresentadas a caracterização e a análise dos resultados.

2.1 Parâmetros utilizados na revisão sistemática

Mesmo com valores elevados de investimento e de mobilização governamental, algumas políticas públicas chegam a ser concluídas sem qualquer apresentação de resultados à sociedade ou prestação de contas.

É o caso, por exemplo, do Programa Ciência sem Fronteiras, programa que buscava promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, conforme definição em site oficial (Brasil, 2024).

O referido programa contou com investimentos de aproximadamente 13 bilhões em bolsas de ensino no exterior e, em 2017, ao menos para a área da graduação, o Programa foi finalizado após um total de 92.880 bolsas serem distribuídas em diversas modalidades, com o destaque para as bolsas implementadas para alunos do ensino superior.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Ao se questionar a efetividade do Programa e, aliado a isso, o fato de após um elevado investimento não ter sido divulgada qualquer avaliação ou resultado oficial, surgiu contestações sobre os resultados do Programa ou ainda sobre sua real efetividade.

Por esse motivo, objetiva-se o exame do programa Ciência sem Fronteiras utilizando como base os parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, exigidos pela Emenda Constitucional 109, verificando os resultados do programa a partir da análise de indicadores apresentados por diferentes autores.

Para isso, refletindo sobre formas de metodologias que pudessem viabilizar o presente questionamento e a atual pesquisa, foi possível concluir, em estrita análise, que utilizando metodologias comuns nas áreas dos estudos do direito, a pesquisa, possivelmente caminharia para um viés metodológico ou jurisprudencial, o que não seria viável para o aprofundamento necessário e para o levantamento dos dados disponíveis sobre o tema.

Ou seja, o presente estudo é possível a partir de métodos de levantamento e análise de dados que consolidem a literatura e estudos divulgados sobre o tema, o que é possível a partir da metodologia da revisão sistemática e facilidade proporcionada por softwares e sites de busca e registro de dados.

A solução metodológica proposta para a presente análise do Programa estudado veio a partir dos resultados na literatura, identificando, mapeando e entendendo os dados finais apontados como avaliação do programa Ciência sem Fronteiras a partir da literatura já divulgada.

Nessa direção, a análise de políticas públicas enfrenta dificuldades para parametrização, e, nesse caso, a ideia da pesquisa em questão tende, ao menos de forma embrionária, testar instrumentos jurídicos concretos e a efetividade desses instrumentos a partir de dados já disponíveis na literatura.

Na prática, o objetivo foi parametrizar dados e informações já analisados em pesquisas anteriores, mas que, até o momento, não foram integrados de forma coesa com outros estudos e resultados sobre o mesmo tema.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Ao correlacionar esses instrumentos com os resultados obtidos, a intenção é testar a efetividade do Programa com base em informações já disponibilizadas e analisadas por outros pesquisadores em literaturas já divulgadas sobre o tema.

Unindo esses instrumentos com os resultados, que são pesquisas de análise e avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras, o que se pretende é testar a efetividade, a partir das informações já analisadas e disponibilizadas nesses outros estudos, mesmo que realizados em outras áreas do conhecimento.

Ou seja, a pesquisa não busca discutir ou demonstrar a efetividade, ou ausência dela, em qualquer política pública. Pelo contrário: o estudo não entra no mérito da questão e sim apenas na forma processual de executar tal análise de um tema já estudado à exaustão. Porém, agora, a partir de várias perspectivas de pesquisadores que tiveram acesso aos dados de análise e avaliação do programa.

A ideia central é agregar esses estudos publicados, que se encontram de certa forma pulverizados pelas áreas diversas do conhecimento, como economia, política pública, direito, administração, dentre outras áreas, pela rede mundial de computadores, sem uma correlação já definida entre os estudos.

Essa ideia desencadeou e levou ao delineamento da presente pesquisa a partir do método sistêmico, o que se adequa para a necessidade multidisciplinar do presente estudo, viabilizada por meio do método da revisão sistemática, que consiste em uma estratégia de busca e sistematização dos estudos já divulgados sobre o tema.

Essa busca por resultados e formas de avaliação mais objetivas a partir de métodos quantitativos teve forte influência das pesquisas econômicas nas áreas de governança e gestão pública. Sabemos que na área do direito, a economia tem impacto nas pesquisas, em especial quando se debruçam nas discussões sobre o impacto econômico das decisões e a viabilidade econômica das decisões judiciais e repercussão nos cofres públicos.

Porém, as pesquisas que utilizam bases de metodologia quantitativas de pesquisa não se limitam às áreas econômicas. Pelo contrário, o sentido de utilizar métodos quantitativos é tornar ainda mais objetivo, verificável e testável assuntos que muitas vezes são considerados como



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

subjettivos para serem avaliados.

Mesmo se utilizando de uma base metodológica primordialmente quantitativa, a presente pesquisa não poderia dispensar uma análise qualitativa, que será aprofundada no terceiro e último capítulo após o levantamento de dados necessários para a revisão sistemática.

Eis, então, uma solução para a verdadeira avaliação e acompanhamento das políticas públicas de forma objetiva, relevante e útil, com a possibilidade de que as metodologias utilizadas, já que são pré-definidas, sejam replicadas para as demais políticas públicas. Assim, torna-se a pesquisa, além de testável, replicável e parametrizada para a análise e avaliações de outras políticas.

Essa forma de estudos na área jurídica visa, a partir de bases quantitativas e de forma mais objetiva, fundamentar a tomada de decisões. Nesse sentido, Ribeiro e Maruyama (2023) entendem que “A pesquisa causal, de base quantitativa, em direito, governança e políticas públicas exibe notável desenvolvimento em tempos recentes, tanto no Brasil como em outros países, reforçando esse conceito de políticas baseadas em evidências”.

Os autores ainda apontam que ao propormos as políticas públicas baseadas em evidências, podemos identificar benefícios como “maior eficácia e eficiência, maior transparência e *accountability*, e redução de custos.”.

Conforme sistematização apontada por Sampaio e Mancini (2006), se faz necessário iniciar a revisão sistemática com a definição da pergunta. No caso da presente pesquisa, a pergunta surgiu a partir do seguinte questionamento a ser respondido neste estudo: “Do ponto de vista do Direito aplicado às Políticas Públicas, e em conformidade com a exigência constitucional estabelecida pela Emenda Constitucional nº 109, quais resultados a literatura, com base em uma revisão sistemática, apresenta como avaliação do programa Ciência sem Fronteiras?”

A partir da questão central que a pesquisa se propõe a responder, foi possível delimitar com clareza os caminhos metodológicos a serem seguidos. Nesse sentido, o estudo da literatura foi direcionado para a análise detalhada do programa, abrangendo tanto sua concepção inicial quanto seus objetivos e resultados ao longo do tempo. O foco principal esteve na obtenção de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

informações abrangentes e críticas sobre o programa em si, permitindo uma compreensão aprofundada de seus impactos e da maneira como ele foi implementado e avaliado.

A escolha do Programa Ciência sem Fronteiras como tema central para a busca de dados é evidente, pois constitui o objeto principal de estudo da pesquisa, ao fazer parte de uma política não só de educação. O Programa esteve na agenda de discussões de decisões estratégicas e econômicas como uma maneira de investimento em produção e desenvolvimento³.

A pesquisa buscou dados específicos de análise e avaliação, o que torna o levantamento aberto quanto à real análise ou avaliação. Os dados do programa ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) foram um dos primeiros indicadores utilizados com o objetivo de identificar possíveis correlações entre a participação no programa e os desempenhos acadêmicos avaliados pelo exame.

A inclusão do Enade se justifica pelo seu papel como um dos principais indicadores de avaliação de desempenho acadêmico no país, um sistema de avaliação fundamental para estabelecer análise mais abrangente e crítica dos impactos educacionais do programa.

O Enade faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), composto ainda pela Avaliação de cursos de graduação e pela Avaliação institucional. Por ser de inscrição obrigatória para estudantes ingressantes e concluintes habilitados de cursos de bacharelado e superiores de tecnologia vinculados às áreas de avaliação, hoje, calcula o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, além do desenvolvimento de competências e habilidades e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, conforme estrutura definida em site oficial ENADE (2024).

Portanto, o índice resultado do Enade é um dos principais índices oficiais de avaliação do ensino superior no Brasil e, por ter sido o ensino superior foco das bolsas implementadas pelo Programa CsF, entendeu-se, de forma preliminar, como essencial vincular esses dois temas

³ O relatório RELATÓRIO Nº 21, de 2015 DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, COM ESPECIAL ENFOQUE PARA O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS faz um levantamento interessante sobre P&D relacionado ao programa Ciência sem Fronteiras: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3789268&disposition=inline>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

para o direcionamento e levantamento de dados da pesquisa, mesmo que de forma ainda vestibular.

Conforme será detalhado no tópico seguinte, outros indicadores foram utilizados a partir do aperfeiçoamento da pesquisa e da construção do conhecimento que foram agregados com as buscas de dados. Antes mesmo de prosseguir com a revisão sistemática, foi necessário entender como as buscas funcionam, quais os critérios utilizados pela inteligência de busca, como melhorar a performance das buscas e direcionar as pesquisas para que fossem demonstrados dados realmente relevantes.

Ao longo do estudo foi possível identificar que, a partir da mudança dos critérios indicados, os resultados entregues pelos sistemas e softwares foram mais precisos e diretos. Assim, foi possível, no decorrer do estudo, identificar meios de filtrar de forma mais eficiente os dados que efetivamente tratam sobre o objeto do presente estudo.

Os dados necessários para a condução da revisão sistemática consistem na literatura já produzida sobre o tema, incluindo pesquisas, artigos científicos, dissertações, teses e outros estudos que tenham analisado ou avaliado o CsF. Esses materiais são essenciais para fornecer uma base sólida, abrangente e atualizada, que permita identificar e sintetizar as diversas abordagens e resultados relacionados ao programa.

Nesse ponto, é necessário esclarecer que, para a análise dos dados, inicialmente, foi preciso mapear os dados disponíveis, levantar as plataformas disponíveis e verificar formas de organizar essas informações, o que será detalhado a seguir.

2.2 Da aplicação prática na revisão sistemática

Após a estruturação da pesquisa, como pode ser observado nos capítulos anteriores, com a indicação do planejamento, identificação do problema a ser resolvido, da delimitação do objeto de estudo e da escolha da metodologia utilizada para atingir os objetivos pretendidos e às hipóteses levantadas, passamos a delimitar o método de pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Para as revisões sistemáticas da literatura, fez-se a organização e construção da pesquisa em etapas que serão descritas com o intuito de demonstrar os caminhos seguidos pelo estudo, para servir aos demais pesquisadores.

Como já apontado, com a metodologia da revisão sistemática na área do direito, como nas áreas da saúde, pode-se verificar pesquisas de buscas avançadas que analisam a literatura a partir de métodos de pesquisa.

No presente caso, a busca dos dados se deu de forma online, inicialmente foi aberta uma consulta pública para checagem das informações oficiais.

A partir da plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, em 30/05/2023, foi aberta uma solicitação de acesso à informação dos dados do Programa Ciência sem Fronteiras, que tramitou sob o nº 23546.045036/2023-55.

O rápido retorno da instituição quanto à solicitação foi de deferimento de forma parcial, pois o banco de dados da Capes do programa Ciência sem Fronteiras possui dados individualizados e, mesmo que a solicitação tenha sido feita para fins de estudo acadêmico, constituem dados sobre os quais há dever de sigilo. Entre esses dados, a pessoa natural identificada ou identificável com restrição da divulgação com base nos art. 4º, IV, da Lei nº 12.527/2011.

É a própria Constituição Federal, em seu art. 5º, incisos X, XIV e XXXIII, que assegura a inviolabilidade da intimidade e o sigilo de dados necessários ao exercício profissional e à segurança da sociedade e do Estado, conforme decisão do Mandado de Segurança 36.150 DF. Mandado este impetrado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) contra acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a entrega de dados individualizados do Censo Escolar e do ENEM para auditoria do Programa Bolsa Família.

A limitação de exposição dos dados em sua integralidade expõe a necessidade dos órgãos e entidades do Poder Público em proteger as informações pessoais e sigilosas, nos termos do art. 6º, III e Art. 31 da Lei nº 12.527/11 quanto ao tratamento das informações.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Essa tentativa de levantamento de informações preliminares, se deu com o objetivo de entender se existiam dados oficiais cadastrados, quais as informações disponíveis e a possibilidade de cruzar essas informações entre bases de dados para prosseguimento da pesquisa analítica.

É importante lembrar que não houve divulgação de dados de avaliação do Programa nos meios padrões de consulta do Governo Federal, como no site do Ciência sem Fronteiras ou nos órgãos que executaram a implementação e pesquisa das informações concedidas pela plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Esse espaço não traz qualquer análise do CsF, divulgando, no entanto, apenas dados numéricos como os indicadores de países, universidades e cidades de origem, Universidade e país de destino, município e instituição de origem e valor pago por moeda.

Portanto, foi necessário iniciar um levantamento dos dados disponíveis na literatura sobre a avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras para a identificação real de estudos que tivessem analisado o Programa. Esse estudo não se debruça na análise da política pública, mas sim na análise, a partir da literatura já existente sobre o tema, dos resultados apresentados pela política.

Esse levantamento de dados foi possível, de forma ampla e organizada, levando em consideração que a política objeto do estudo teve abrangência nacional, o fato de a internet permitir acesso aos estudos publicados sobre o assunto, assim como os sites e softwares de busca facilitarem a identificação com maior precisão do objeto buscado.

Utilizando de buscas simples nos sites de busca, a quantidade de resultados, de início, foi um fator de preocupação. Não se pretendia, de toda forma, executar uma pesquisa a partir da Informetria. Porém, até certo ponto, ao realizar o levantamento de dados e parametrizar, listar e verificar os dados disponíveis, de forma preliminar e seguindo o conceito adotado por Vanti (2002), a informetria não se limita à informação, analisando, dentre outros fatores, os resultados de buscas, recuperando e tornando eficiente o processo de busca.

Nesse sentido, para o levantamento de dados, foi utilizado o site Google Scholar, para realizar as pesquisas dos estudos primários. Sobre essa plataforma, De Luca (2023) defende



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

como fundamental o uso dos operadores *booleanos*.

Em outras palavras, de forma prática, em 13 de março de 2024, após a delimitação do escopo do estudo, utilizando como parâmetro de pesquisa a busca indicada abaixo, foi dado início à pesquisa dentro do site Google Scholar, sendo apresentado um retorno de 682 resultados:

("ciência sem fronteiras") AND ("regressão logística" OR probit OR logit OR "análise de regressão" OR "modelo econométrico" OR "binomial negativo" OR Poisson OR "Modelo ARIMA" OR "p-value" OR "distribuição normal")

A escolha desses parâmetros se deu pela tentativa de identificar na literatura os textos que tivessem utilizado técnicas de análise de dados, relacionando os dados de forma matemática, com o intuito de tentar identificar a literatura de forma mais objetiva.

Para o presente estudo, é necessário saber o que se pretende buscar e, ainda mais importante, saber como realizar essa busca, pois pesquisas abertas por palavras chaves como “Programa Ciência sem Fronteiras”, “análise” ou “avaliação”, retornam resultados de todos os trabalhos que contenham essas palavras. No entanto, quando verificados de forma isolada, identifica-se que não necessariamente os resultados tratam sobre o tema.

A plataforma Google Scholar foi escolhida inicialmente por utilizar inteligência artificial para mapear e indicar os artigos pelos temas pesquisados, funcionando conforme definições em sítio oficial <https://scholar.google.com/intl/en/scholar/about.html>

O Google Acadêmico tem como objetivo classificar documentos da mesma forma que os pesquisadores fazem, ponderando o texto completo de cada documento, onde foi publicado, por quem foi escrito, bem como com que frequência e há quanto tempo foi citado em outra literatura acadêmica.

[...]

O Google Acadêmico inclui artigos de periódicos e conferências, teses e dissertações, livros acadêmicos, pré-impressões, resumos, relatórios técnicos e outras literaturas acadêmicas de todas as áreas amplas de pesquisa. Você encontrará trabalhos de uma ampla variedade de editoras acadêmicas, sociedades profissionais e repositórios universitários, bem como artigos acadêmicos disponíveis em qualquer lugar da web. O Google Acadêmico também inclui pareceres judiciais e patentes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Ao analisar os itens da pesquisa foi possível demonstrar de forma justificada a inserção de cada item. Apenas com a busca, por exemplo, “Ciência sem Fronteiras” *and* “avaliação”, identifica-se um resultado de aproximadamente 4.770 trabalhos.

Porém, como apontado, verifica-se que qualquer trabalho que tenha a mera indicação dos termos isolados – tanto do “Ciência sem Fronteiras” quanto do termo “avaliação” – é apontado e, portanto, não seria produtivo a utilização desses dados de forma indiscriminada, pois, para o método utilizado, a qualidade da fonte primária é essencial para o sucesso da pesquisa.

Sobre a replicabilidade da pesquisa, entende-se que a revisão sistemática por ser uma metodologia que se utiliza de métodos preestabelecidos possibilitaria uma revisão e verificação do trabalho, porém, vale mencionar que mesmo sendo verificável, um fato de importante registro é de que a base de dados por ser online é rapidamente mutável e volátil às alterações.

Dentre essas alterações, podemos citar como pontos de atenção, o fato da dependência das plataformas, das diretrizes utilizadas pelas plataformas e da parametrização dos métodos de pesquisa.

Esses fatores demonstram que mesmo sendo uma pesquisa em base de dados online e de acesso ao público, a ferramenta utilizada precisa intermedir a busca, em especial nos casos de revisão sistemática diante da necessidade de levantamento de dados de forma imparcial e o mais completa possível.

Por isso, para além da verificação de dados a serem utilizados, acrescenta-se a preocupação com a qualidade da ferramenta de busca, assim como o registro dos resultados em sua íntegra. Atentando ao leitor do estudo que o resultado das buscas pode ser alterado com o decorrer do tempo, o que foi verificado na prática durante o levantamento de dados dessa pesquisa, eis que, a ferramenta de busca depende do acesso as plataformas de divulgação dos artigos que podem ser alteradas a qualquer momento, assim como o ingresso de novos resultados de dados a serem buscados.

Diante do exposto, sabendo que por tratar-se de uma revisão sistemática, a pesquisa pretende registrar de forma quantitativa os resultados encontrados, mas para que o estudo seja



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

objetivo, transparente e testável, se fez necessário esse esclarecimento de que a busca de dados representa o resultado de um recorte registrado naquele lapso temporal da pesquisa e que pode ser alterado se testado em outro período com possíveis variações nos trabalhos.

Para possibilitar a identificação da literatura, a verificação a partir da citação, a organização dos trabalhos encontrados, o registro das ocorrências e da validação dos estudos, o levantamento geral de dados e a análise dos resultados obtidos, foi utilizada a ferramenta "Publish or Perish" para a busca de dados, os quais foram posteriormente organizados em planilhas de Excel.

O "Publish or Perish", disponível em <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>, é definido como um programa de software que recupera e analisa citações acadêmicas. Ou seja, assim como o Google Scholar ou Acadêmico, o software identifica uma variedade de fontes de dados para obter as citações brutas.

No entanto, a definição aponta que por ser um software dedicado, o software oferece funcionalidades avançadas, permitindo não só analisar, mas também apresentar métricas detalhadas de citação, como o número de artigos, total de citações, dados como título e ano de publicação, além do mais importante: o link para acesso direto à fonte primária. Isso permite que o usuário verifique a autenticidade e confiabilidade das informações com facilidade.

A partir da definição do software, foram realizadas as exportações, verificação de outras fontes para indicação da literatura sem o link encontrado, remoção dos itens sem acesso ou removidos dos sites originais, além da identificação da pertinência de cada trabalho encontrado.

A automatização de um sumário, permitiu não apenas identificar os principais dados, mas também gerar links diretos para o acesso e verificação das fontes primárias. Essa metodologia proporcionou uma visão mais clara e eficiente dos resultados, permitindo uma navegação rápida entre as informações e garantindo maior precisão na validação dos dados. Como resultado, o processo de análise tornou-se mais ágil e estruturado, conforme descrito adiante.

O programa também possibilita a formatação rápida de um arquivo contendo a listagem completa desses dados, otimizando o processo de pesquisa e a organização das referências acadêmicas, o que é especialmente útil para o gerenciamento de grandes volumes de informação de forma eficiente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Devido a uma limitação na capacidade de busca do referido software, foi necessário dividir a coleta de dados por anos, a fim de garantir que todos os resultados fossem abrangidos conforme a métrica mencionada.

Assim, a pesquisa foi segmentada no período de 2014 a 2020, abrangendo até um intervalo mais extenso do que inicialmente previsto, com o objetivo de identificar de forma preliminar as fontes primárias mais relevantes e verificar se estas tinham a qualidade necessária para serem utilizadas no estudo.

Para o levantamento de dados inicial, percebeu-se em uma busca prévia e simplificada, que seria necessário o levantamento de um volume grande de estudos para poder, de fato, verificar a literatura que estivesse analisado ou avaliado o Programa de forma efetiva.

De certa forma, considerando o conceito de revisão de escopo apontado por De Luca (2020), a revisão de escopo utilizada foi necessária para dimensionar o potencial de resultados encontrados e o escopo da literatura já publicada sobre o tema.

Pois, nesse sentido, Sampaio e Mancini (2006), alertam para o fato de a qualidade da fonte primária ser fator necessário para a qualidade da revisão sistemática, não sendo, portanto, cabível o prosseguimento da pesquisa com uma literatura que não se debruçasse sobre o programa objeto do estudo.

Em uma busca preliminar, para entender e atuar com maior familiaridade ao sistema e entender se o retorno dos dados seria correspondido de forma precisa aos indicadores escolhidos para o filtro ou palavras chave, foi realizado a primeira busca, utilizando o parâmetro: { “Ciência sem Fronteiras” “avaliação” [title] from 2014 to 2024}, foi possível verificar um resultado de retorno em 96 citações ou 27 *papers*.

Isso significa que temos 27 arquivos que se enquadram com os parâmetros pesquisados, com um recorte de período superior ao pesquisado, sendo 96 citações no total, incluídas nesses arquivos como pode ser identificado em relatório gerado pelo software “*publish or perish*”, posteriormente, para a devida adequação do período e verificação dos dados, observamos o seguinte retorno do relatório básico ou *report (basic)*.

“Ciência sem Fronteiras” “avaliação” [title] from 2014 to 2020

Publish or Perish 8.16.4790.9060 (basic report)

Windows 64-bit (AMD/Intel x64) edition, running on Windows 10.0.26100 (x64)

Search terms



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Title words: “Ciência sem Fronteiras” “avaliação”

Years: 2014 to 2020

Other options: include citations; include patents; any articles

Data retrieval

Data source: Google Scholar

Search date: 2024-12-09 09:46:22 -0300

Cache date: 2024-12-09 09:46:24 -0300

Search result: [0] No error

Important: This data source provides only abbreviated data. Any ellipses (... marks) shown in this report originate with the data source; they are NOT caused by subsequent processing in Publish or Perish.

Metrics

Reference date: 2024-12-09 09:46:24 -0300

Publication years: 2015-2020

Citation years: 9 (2015-2024)

Papers: 27

Citations: 96

Citations/year: 10.67 (acc1=5, acc2=1, acc5=0, acc10=0, acc20=0)

Citations/paper: 3.56

Citations/author: 77.50

Papers/author: 23.83

Authors/paper: 1.26/1.0/1 (mean/median/mode)

Age-weighted citation rate: 14.34 (sqrt=3.79), 11.50/author

Hirsch h-index: 5 (a=3.84, m=0.56, 65 cites=67.7% coverage)

Egghe g-index: 9 (g/h=1.80, 81 cites=84.4% coverage)

PoP hI,norm: 5

PoP hI,annual: 0.56

Fassin hA-index: 2

Para filtrar a busca, é possível realizar alguns refinamentos na pesquisa de dados a partir de operadores booleanos específicos tais como aspas, colchetes, pontuação, espaço, sinais de + e -, entre outras variações que dependem de cada site de busca.

A periodização da busca também é um fator importante, eis que, a quantidade de resultados, por exemplo, no software “*publish or perish*” na versão utilizada é de até 1.000 (mil) resultados, porém, o sistema possibilita a busca por períodos anuais, o que torna viável a verificação de todos os resultados, mesmo que ultrapassem o total, realizando a pesquisa por períodos.

Essa busca inicial foi produtiva para entender as pesquisas que tinham como objeto a avaliação do Programa, ou ao menos que tinham essas proposta. Ocorre que, analisando os 32 *papers* encontrados, foi possível perceber que não havia um indicador em comum entre os textos e que alguns textos chegaram ao resultado final apontando serem ao menos parcialmente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

inconclusivos pela própria ausência de dados do Programa, ou apresentavam um perfil de pesquisa focada, por exemplo, no perfil do aluno, dos valores investidos, ao quantitativo de bolsas implementadas, local de origem e destino dos alunos, taxa de trancamento e conclusão, dentre outros fatores, que ao final, não é o objetivo específico dessa pesquisa.

Sendo esse trabalho prévio fundamental para garantir o acesso às primeiras fontes de dados e para compreender melhor as dificuldades envolvidas na avaliação do programa. Além disso, foi possível observar que não houve a escolha de um único indicador como diretriz principal de avaliação, o que trouxe uma abordagem mais ampla e diversificada.

A busca também revelou que a análise de forma individual de casos do Programa ainda predomina na literatura encontrada, sugerindo a necessidade de considerar múltiplos critérios para uma avaliação mais completa.

Esse processo também destacou a importância de cruzar diferentes indicadores para alcançar uma visão mais aprofundada e evitar possíveis vieses na interpretação dos resultados, garantindo uma análise mais robusta e equilibrada.

Diante da necessidade de identificar possíveis indicadores que foram empregados como parâmetros para análise e avaliação do Programa CsF, o resultado do Enade, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, entidade vinculada ao Ministério da Educação - MEC, foi o indicador mais completo envolvendo os alunos da graduação e que possui abrangência nacional.

Ou seja, inicialmente, o uso do indicador do Enade foi necessário para filtrar, na literatura, estudos que, de fato, tivessem realizado indicadores e métodos de avaliação, o que direcionou a primeira fase de levantamento de dados.

Quando pesquisado sobre o programa CsF e o Enade, o resultado foi um total de 872 citações distribuídas em 308 pesquisas. Essa divisão temporal permitiu uma análise mais detalhada e estruturada, facilitando a avaliação da pertinência e confiabilidade das fontes.

Além disso, essa busca inicial ajudou a evitar a exclusão de estudos importantes que poderiam impactar significativamente a pesquisa em questão, proporcionando uma base mais sólida e consistente para a análise final.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

"ciência sem fronteiras" AND "ENADE" AND "AVALIAÇÃO" from 2014 to 2020

Publish or Perish 8.12.4612.8838 (basic report)

MSWindows (x64) edition, running on Windows 10.0.22631 (x64)

Search terms

Keywords: "ciência sem fronteiras" AND "ENADE" AND "AVALIAÇÃO"

Years: 2014 to 2020

Other options: include citations; include patents; any articles

Data retrieval

Data source: Google Scholar

Search date: 2024-04-14 19:17:28 -0300

Cache date: 2024-04-14 19:18:49 -0300

Search result: [0] No error

***Important:** This data source provides only abbreviated data. Any ellipses (...) marks) shown in this report originate with the data source; they are NOT caused by subsequent processing in Publish or Perish.*

Metrics

Reference date: 2024-04-14 19:18:49 -0300

Publication years: 2014-2020

Citation years: 10 (2014-2024)

Papers: 308

Citations: 872

Citations/year: 87.20 (acc1=33, acc2=14, acc5=4, acc10=1, acc20=0)

Citations/paper: 2.83

Citations/author: 718.92

Papers/author: 267.98

Authors/paper: 1.37/1.0/1 (mean/median/mode)

Age-weighted citation rate: 119.76 (sqrt=10.94), 95.99/author

Hirsch h-index: 14 (a=4.45, m=1.40, 481 cites=55.2% coverage)

Egghe g-index: 24 (g/h=1.71, 595 cites=68.2% coverage)

PoP hI,norm: 14

PoP hI,annual: 1.40

Fassin hA-index: 4

Para a correta aplicação da revisão sistemática, é imprescindível garantir a qualidade das fontes de informação utilizadas, uma vez que a confiabilidade dos dados influencia diretamente os resultados da pesquisa. Isso significa que, ao longo do processo de revisão, é necessário avaliar criteriosamente a procedência das fontes primárias, assegurando que sejam legítimas, rigorosas e relevantes para o tema em análise.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

A qualidade das fontes primárias não apenas confere maior credibilidade ao estudo, mas também é determinante na interpretação dos dados, já que qualquer imprecisão ou erro na seleção de informações pode comprometer significativamente as conclusões obtidas.

Portanto, além de buscar um conjunto abrangente de estudos anteriores, o pesquisador deve adotar critérios rigorosos na triagem e seleção das fontes, evitando a inclusão de dados de baixa confiabilidade. Esse cuidado é essencial para que a revisão sistemática atenda aos padrões de qualidade esperados, permitindo uma análise robusta e sólida.

Um processo de verificação rigoroso contribui, ainda, para garantir que os resultados possam ser replicáveis e úteis em futuras pesquisas, evitando que o estudo se baseie em fundamentos frágeis ou imprecisos. Dessa forma, a preocupação com a qualidade das fontes torna-se um aspecto central no sucesso da revisão sistemática e nos impactos que ela pode gerar no campo de estudo.

Para garantir a qualidade dos dados, foi realizada uma análise prévia dos artigos selecionados. Cada artigo foi examinado com o objetivo de verificar a sua relevância, confiabilidade e a adequação das informações fornecidas. Esse processo de avaliação criteriosa permitiu identificar possíveis lacunas, inconsistências ou limitações nos estudos, garantindo que apenas aqueles de maior qualidade fossem considerados na pesquisa.

Nesse sentido, foi necessário seguir as fases indicadas por De Luca (2020), quanto a seleção dos estudos, inicialmente foram estudadas as melhores formas de incluir e excluir os artigos de forma objetiva e clara.

Além disso, para facilitar a sistematização e interpretação dos resultados, uma legenda descritiva foi criada. Essa legenda foi fundamental para parametrizar e categorizar os artigos de acordo com a verificação dos temas abordados, que pode ser alterada para aplicação em outros estudos, mas que auxilia na parametrização da verificação dos resultados independente dos filtros de pesquisa utilizados.

A criação dessa legenda não apenas ajudou a organizar os resultados de forma mais eficiente, mas também forneceu um quadro claro para a comparação entre os estudos, possibilitando uma visão panorâmica e ao mesmo tempo detalhada do conjunto de dados. Esse processo de categorização facilitou a identificação de padrões, permitindo uma análise mais precisa e aprofundada sobre os artigos revisados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Foram atribuídas, portanto, cinco legendas distintas para classificar os artigos analisados: “apenas cita ENADE”, “apenas cita o CsF”, “sem acesso”, “sem citação CsF e ENADE” e “VERIFICAR”. Cada uma dessas legendas possui um significado específico, facilitando a compreensão e a análise dos dados coletados.

A legenda “apenas cita ENADE” foi utilizada para identificar estudos que, embora mencionem a política do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), apenas fazem referência ao ENADE, sem estabelecer qualquer correlação significativa entre os dois termos. Essa classificação é importante, pois ajuda a destacar a falta de conexão entre as políticas e as avaliações que utilizam o indicador do ENADE, o que pode limitar a compreensão do impacto do ENADE no contexto do CsF.

Já a legenda “apenas cita o CSF” refere-se a trabalhos que mencionam o Programa Ciência sem Fronteiras, mas não realizam qualquer análise ou avaliação crítica sobre ele. Esses artigos se limitam a fazer uma citação do nome do programa no texto, sem explorar suas implicações, resultados ou impactos. Essa categoria evidencia a necessidade de estudos mais aprofundados que realmente analisem o programa em questão.

Para os trabalhos que não puderam ser acessados, seja devido a documentos corrompidos, erros de carregamento de página ou a impossibilidade de acesso à íntegra do texto, foi utilizada a legenda “sem acesso”. Essa classificação é crucial, pois destaca as limitações enfrentadas na pesquisa, que podem impactar a quantidade e a qualidade dos dados disponíveis para análise.

Nos casos em que os trabalhos analisados não apresentavam qualquer menção ao Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) ou ao ENADE, foram classificados como “sem citação CSF e ENADE”. Essa categoria é particularmente significativa, pois revela a ausência de conexão entre esses estudos e as políticas que estão sendo examinadas.

Por último, os trabalhos que foram considerados dignos de uma análise mais aprofundada, ou seja, os “incluídos” foram classificados na legenda “VERIFICAR”. Essa categorização indica que, após uma avaliação preliminar, esses estudos apresentaram características que sugerem uma relevância significativa para o tema em questão. A inclusão na legenda “VERIFICAR” não apenas destaca a qualidade e a pertinência desses artigos, mas também sugere que eles podem oferecer informações importantes para a pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Essas legendas não apenas ajudam na organização dos artigos, mas também permitem uma análise crítica e sistemática, facilitando a identificação de lacunas e áreas que necessitam de mais atenção na pesquisa. A categorização dos artigos, portanto, serve para guiar a compreensão das informações coletadas.

É necessário esclarecer que os trabalhos classificados como dignos de uma análise mais aprofundada, por atenderem as diretrizes delineadas para o estudo, foram categorizados e legendados, dando início a fase 2 da etapa de seleção, conforme indicado por De Luca (2020) em que há a leitura detalhada dos trabalhos incluídos, conforme descrição detalhada no capítulo que sucede.

No entanto, é importante ressaltar que esses artigos não necessariamente abrangem análises ou avaliações diretas do Programa CsF. Alguns deles apontam para outros estudos que realizaram avaliações do programa, servindo como fontes secundárias relevantes. Outros trabalhos, por sua vez, concentram-se mais detalhadamente no ENADE, utilizando o Ciência sem Fronteiras apenas como um recorte específico dentro de um contexto mais amplo.

Essa diversidade na classificação reflete a complexidade da relação entre o CsF e o ENADE, evidenciando que a investigação do tema não se limita a uma análise única ou a uma abordagem específica.

Entretanto, considerando a necessidade de aprofundar as pesquisas e garantir uma síntese mais precisa dos dados, assim como uma avaliação da qualidade das informações coletadas, foram realizadas novas tentativas para identificar parâmetros e trabalhos na literatura que realmente tivessem realizado uma avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Essa etapa foi essencial, uma vez que o sucesso da pesquisa depende da identificação de estudos rigorosos e pertinentes.

Para tanto, foram efetuadas novas buscas em bases de dados acadêmicas, utilizando palavras-chave e estratégias de pesquisa que permitissem uma identificação mais efetiva de artigos relevantes. A partir do conhecimento adquirido com os textos analisados anteriormente, ficou claro que o indicador de qualidade não necessariamente estaria vinculado apenas a estudos de avaliação direta do programa. Em vez disso, percebeu-se que ampliar o foco para incluir órgãos de controladoria, auditoria e fiscalização poderia ser uma abordagem complementar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Essa nova estratégia de pesquisa reflete uma compreensão mais ampla e integrada do campo, reconhecendo que a avaliação do programa pode ser abordada de diferentes ângulos, incluindo relatórios e análises elaboradas por instituições responsáveis pelo controle e fiscalização.

O resultado obtido a partir da pesquisa das palavras chaves "Ciência sem Fronteiras" e "CGU", além de resultado ou avaliação, pelo software *publish or perish* utilizando como base o resultado do Google Scholar, retorna ainda 68 trabalhos com o total de 136 citações.

"Ciência sem Fronteiras" AND "CGU" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2020

Publish or Perish 8.16.4790.9060 (basic report)

Windows 64-bit (AMD/Intel x64) edition, running on Windows 10.0.26100 (x64)

Search terms

Keywords: "Ciência sem Fronteiras" AND "CGU" AND (resultado OR avaliação)

Years: 2014 to 2020

Other options: include citations; include patents; any articles

Data retrieval

Data source: Google Scholar

Search date: 2025-01-29 20:43:49 -0300

Cache date: 2025-01-29 20:43:58 -0300

Search result: [0] No error

***Important:** This data source provides only abbreviated data. Any ellipses (... marks) shown in this report originate with the data source; they are NOT caused by subsequent processing in Publish or Perish.*

Metrics

Reference date: 2025-01-29 20:43:58 -0300

Publication years: 2014-2020

Citation years: 11 (2014-2025)

Papers: 68

Citations: 136

Citations/year: 12.36 (acc1=7, acc2=4, acc5=1, acc10=0, acc20=0)

Citations/paper: 2.00

Citations/author: 92.50

Papers/author: 58.28

Authors/paper: 1.38/1.0/1 (mean/median/mode)

Age-weighted citation rate: 19.53 (sqrt=4.42), 13.33/author

Hirsch h-index: 7 (a=2.78, m=0.64, 112 cites=82.4% coverage)

Egghe g-index: 11 (g/h=1.57, 122 cites=89.7% coverage)

PoP hI,norm: 6

PoP hI,annual: 0.55

Fassin hA-index: 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

A mesma legenda previamente utilizada foi aplicada a este novo filtro, garantindo a continuidade e a consistência na categorização dos dados encontrados. Quanto a legenda do Enade, essa foi retirada por não ter objeto nesse sentido.

Ou seja, foi necessário aplicar o critério de seleção com inclusão e exclusão principalmente em duas etapas, tanto na escolha das palavras chaves de pesquisa, após análise prévia da qualidade de retorno como resultados da pesquisa e ainda da literatura que, de fato, estaria abrangida ou não no escopo do estudo.

Essa abordagem metódica é fundamental para a análise, pois permite que as informações sejam organizadas de forma clara e compreensível, facilitando a comparação entre diferentes conjuntos de artigos. Ao manter as classificações, asseguramos que os critérios de avaliação permaneçam uniformes, o que é crucial para a validade dos resultados.

Quanto aos órgãos de controle e fiscalização, foram realizadas ainda duas buscas para preenchimento do banco de dados considerando órgãos de busca e controle que pudessem ter pesquisas, contribuído, ou ainda os dados desses órgãos terem sido utilizados como indicadores para os estudos.

O resultado obtido a partir da pesquisa das palavras chaves "Ciência sem Fronteiras" e "Tribunal de Contas", além de resultado ou avaliação, pelo software *publish or perish* utilizando como base o resultado do Google Scholar, retorna ainda 122 trabalhos com o total de 1245 citações.

"Ciência sem Fronteiras" AND "Tribunal de Contas" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2020

Publish or Perish 8.16.4790.9060 (basic report)

Windows 64-bit (AMD/Intel x64) edition, running on Windows 10.0.26100 (x64)

Search terms

Keywords: "Ciência sem Fronteiras" AND "Tribunal de Contas" AND (resultado OR avaliação)

Years: 2014 to 2020

Other options: include citations; include patents; any articles

Data retrieval

Data source: Google Scholar

Search date: 2025-01-29 18:57:28 -0300

Cache date: 2025-01-29 18:57:52 -0300

Search result: [0] No error



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Important: This data source provides only abbreviated data. Any ellipses (... marks) shown in this report originate with the data source; they are NOT caused by subsequent processing in Publish or Perish.

Metrics

Reference date: 2025-01-29 18:57:52 -0300

Publication years: 2014-2020

Citation years: 11 (2014-2025)

Papers: 122

Citations: 1245

Citations/year: 113.18 (acc1=13, acc2=7, acc5=2, acc10=1, acc20=1)

Citations/paper: 10.20

Citations/author: 1175.90

Papers/author: 108.20

Authors/paper: 1.34/1.0/1 (mean/median/mode)

Age-weighted citation rate: 174.75 (sqrt=13.22), 164.64/author

Hirsch h-index: 10 (a=12.45, m=0.91, 1118 cites=89.8% coverage)

Egghe g-index: 35 (g/h=3.50, 1228 cites=98.6% coverage)

PoP hI,norm: 9

PoP hI,annual: 0.82

Fassin hA-index: 3

E por fim, com o intuito de identificar estudos, análises e avaliações do programa, foi realizada a busca com foco em resultados na literatura que tivessem analisado auditorias operacionais, a partir da busca pelas palavras chaves: "Ciência sem Fronteiras" e "auditoria operacional", além de resultado ou avaliação.

O resultado neste caso foi da identificação de 15 trabalhos com um total de 25 citações:

"Ciência sem Fronteiras" AND "auditoria operacional" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2020

Publish or Perish 8.16.4790.9060 (basic report)

Windows 64-bit (AMD/Intel x64) edition, running on Windows 10.0.26100 (x64)

Search terms

Keywords: "Ciência sem Fronteiras" AND "auditoria operacional" AND (resultado OR avaliação)

Years: 2014 to 2020

Other options: include citations; include patents; any articles

Data retrieval

Data source: Google Scholar

Search date: 2024-12-15 10:56:46 -0300

Cache date: 2024-12-15 10:56:48 -0300

Search result: [0] No error

Important: This data source provides only abbreviated data. Any ellipses (... marks) shown in this report originate with the data source; they are NOT caused by subsequent processing in Publish or Perish.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Metrics

Reference date: 2024-12-15 10:56:48 -0300

Publication years: 2015-2018

Citation years: 9 (2015-2024)

Papers: 15

Citations: 25

Citations/year: 2.78 (acc1=1, acc2=0, acc5=0, acc10=0, acc20=0)

Citations/paper: 1.67

Citations/author: 25.00

Papers/author: 13.17

Authors/paper: 1.33/1.0/1 (mean/median/mode)

Age-weighted citation rate: 3.32 (sqrt=1.82), 3.32/author

Hirsch h-index: 3 (a=2.78, m=0.33, 19 cites=76.0% coverage)

Egghe g-index: 4 (g/h=1.33, 22 cites=88.0% coverage)

PoP hI,norm: 3

PoP hI,annual: 0.33

Fassin hA-index: 1

A partir do levantamento dos dados apontados, foi possível montar a base de dados que considera as informações da literatura sobre o Programa Ciência sem Fronteiras e que serviu de base para a revisão sistemática.

Nesse sentido, o próximo capítulo servirá para o maior aprofundamento do tema, a partir da análise de dados, com a demonstração dos resultados atingidos neste estudo e das conclusões.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

CAPÍTULO 3

Após o levantamento de dados, conforme demonstrado de forma mais detalhada no capítulo anterior, foi possível dar início à fase de análise da literatura, que será apresentado com maior detalhamento neste capítulo.

3.1 Caracterização dos resultados

Seguindo as três fases para o processo da revisão sistemática delineado por De Luca (2020), é possível verificar que o planejamento do estudo já foi demonstrado nos capítulos anteriores, com as definições da execução, escolha do tópico e elaboração da pergunta pesquisa nos capítulos de introdução e do capítulo 1, sendo iniciada a fase de execução e posterior relato.

Após identificar os estudos no software de busca, foram eliminados os trabalhos sem acesso e não encontrados em outras fontes, todos os trabalhos então foram abertos manualmente e verificados de forma breve, priorizando não só o título, mas o resumo e palavras chaves, a introdução e metodologia se atendiam ao objetivo da pesquisa, resultando nos artigos considerados válidos para a elegibilidade e excluídos os demais com uma justificativa atribuída, resumindo os estudos em uma síntese qualitativa.

Ou seja, a partir do levantamento de dados e da sistematização das informações, bem como, da separação dos dados da literatura que cumpre os requisitos delineados no capítulo anterior, foi possível dar início a fase de execução da análise de dados, uma das principais fases da revisão sistemática.

Nesse sentido, relevante esclarecer que o levantamento de dados teve um quantitativo expressivo de resultados na fase de busca e mapeamento de dados o que foi sendo reduzido nas fases seguintes.

Após a verificação manual e individual dos trabalhos com a mineração dos estudos e realização das exclusões realizadas nos termos delineados no capítulo anterior e aplicação do



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

filtro para a verificação da literatura que, de fato, atendessem ao objeto da demanda, ou seja, estudos que verdadeiramente utilizaram métodos de avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras, o quantitativo de retorno foi um número não tão expressivo, porém, com um rigor dentro do esperado para o presente estudo.

Necessário destacar que a partir da leitura mais detalhada dos textos, é possível verificar as referências indicadas para a realização do que De Luca (2020) denomina de busca adicional, técnica utilizada para verificar outros estudos relevantes a serem incluídos na revisão sistemática e que serão incluídas nas fases seguintes.

Além disso, uma nova checagem foi realizada após a análise dos resultados para identificar se trabalhos que atendessem ao perfil, mas que em primeira análise foram excluídos, o que evita que estudos com potencial de resultados para a presente pesquisa ficassem de fora na fase de análise de dados.

No primeiro filtro aplicado, por exemplo, com um total de 872 citações distribuídas em 308 artigos. O filtro **"ciência sem fronteiras" AND "ENADE" AND "AVALIAÇÃO" from 2014 to 2020**, é possível verificar que 16% da literatura encontrada, foi excluída, por, por exemplo, não constar em plataformas de busca, ou terem acesso negado ou ainda arquivo corrompido.

Considerando que 67% dos trabalhos apenas citavam o programa CsF, assim como 5% apenas citavam o Enade, com indicação apenas em caráter exemplificativo ou indicativo, sem ter sido objeto, de fato do estudo, e ainda 4% sequer citarem o CsF e o Enade. Ao final, foi possível incluir 8% dos trabalhos para a revisão sistemática.

Conforme apontado anteriormente, a diversidade na classificação reflete a complexidade da relação entre o CsF e o ENADE, evidenciando que a investigação do tema não se limita a uma análise única ou a uma abordagem específica e que, conforme será detalhado, a avaliação proposta pela literatura, não necessariamente correspondia à expectativa e critérios exigidos para a inclusão do trabalho encontrado nesta revisão sistemática.

Porém, considerando a necessidade de aprofundar as pesquisas e garantir uma síntese mais precisa dos dados, assim como uma avaliação da qualidade das informações coletadas, foram realizadas novas buscas para identificação de trabalhos na literatura que realmente tivessem realizado uma avaliação do Programa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Para tanto, foram efetuadas novas buscas em bases de dados acadêmicas, utilizando palavras-chave e estratégias de pesquisa que permitissem uma identificação mais efetiva de artigos relevantes. Eis que, conforme delineado anteriormente, o indicador de qualidade não necessariamente está vinculado apenas a estudos de avaliação direta do programa.

Ao manter as classificações, é possível trilhar um caminho para assegurar que os critérios de avaliação permaneçam uniformes, o que é crucial para a validade dos resultados.

Em segunda pesquisa de dados, agora incluindo informações da CGU – Controladoria Geral da União, com o intuito de expandir a busca pelos resultados e análises do Programa, com a busca pelo filtro "Ciência sem Fronteiras" AND "CGU" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2024,

Vale destacar que alguns fenômenos puderam ser observados já nesta fase da pesquisa e que serão detalhados no próximo tópico, como o fato de alguns estudos aparecerem de forma repetitiva entre as planilhas, as informações e resultados indicados quanto a efetividade do programa e ausência de avaliação oficial assim como a ausência da divulgação de dados, o que impacta diretamente na observação dos resultados de um programa e afrontam diretamente a exigência constitucional quanto a necessidade de divulgação do resultado e objeto.

3.1.1 Relato de pesquisa, resultado dos estudos individuais: "ciência sem fronteiras" and "enade" and "avaliação"

Para melhor sistematização dessa pesquisa, o presente tópico passa a apresentar de forma individual e detalhada a revisão sistemática realizada no estudo, separando a apresentação por tópicos a partir da aplicação de cada filtro de pesquisa.

A Revisão Sistemática, conforme apontado anteriormente, é um método utilizado e já consolidado nas áreas de saúde, aparecendo de forma reiterada e com aplicação específica nessa área.

Portanto, para adequar a aplicação a realidade desse estudo, foi necessário adaptar uma tabela de características dos estudos incluídos em que constam as informações quanto a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

identificação do estudo, as características dos dados analisados, os resultados, o desenho, a qualidade e outras observações do estudo, o que se verifica no apêndice anexo.

Para a representação dos resultados, a tabela de características conta com a indicação de: autores; título; ano de publicação; local de publicação; a URL do artigo; o Google Scholar Rank, ou ranking de popularidade e relevância dos trabalhos na plataforma do Google Scholar (GSRank); um breve resumo do trabalho; a indicação das palavras chave; os resultados principais e medidas de desfecho; o tipo ou metodologia aplicada ao estudo; o objeto estudado; a qualidade do estudo e comentários adicionais como limitações relatadas pelos autores ou observações relevantes.

A partir da aplicação dos filtros anteriormente indicados foi necessária a realização da análise individual de cada trabalho selecionado para a verificação dos objetos propostos e resultados indicados do Programa.

Portanto, dá-se início a apresentação da análise individual de cada trabalho selecionado:

No estudo, “*O programa Ciência Sem Fronteiras contribui na formação dos estudantes? Uma análise a partir do Enade 2013*” CONCEIÇÃO *et al* (2021), o objetivo foi mensurar o efeito do Programa CsF no desempenho estudantil, a partir da metodologia do PSM comparando alunos do CsF com os que não fizeram nenhum programa de intercâmbio e alunos que fizeram intercâmbio em outros programas com os do CsF, chegando a um resultado de verificação de impacto positivo em nota geral e formação geral, porém, com resultados pequenos quando comparados ao custo por aluno do Programa.

O referido estudo utilizou as variáveis oriundas dos microdados do Enade 2013, utilizando os concluintes dos cursos de medicina veterinária, odontologia, medicina, agronomia, farmácia, enfermagem, fonoaudiologia, nutrição, fisioterapia, serviço social, zootecnia, biomedicina, educação física, tecnologia em radiologia, tecnologia em agronegócio, tecnologia em gestão hospitalar, técnico em gestão ambiental.

Sendo as medidas de desempenho: a) a nota geral; b) a nota na formação geral; e c) a nota no componente específico, sendo a estratégia de identificação do efeito casual do CsF com a comparação dos dois grupos de controle: os com alunos que não realizaram intercâmbio acadêmico e o com alunos que realizaram intercâmbio estudantil no exterior por meio de outros programas durante a graduação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Quanto a qualidade do estudo, verifica-se que o estudo é bem estruturado, avalia o programa CSF a partir das informações do Enade de 2013, o que possibilitou identificar e comparar os beneficiários do programa com outros grupos de estudantes em relação à nota no exame. A identificação dos tratados (ex-bolsistas do CSF) foi possível pela inclusão de uma pergunta no questionário socioeconômico dos estudantes.

Os resultados para os limites de Rosenbaum que testam a sensibilidade das estimativas em relação às características não observáveis indicou que os resultados são fracamente sensíveis à presença de variáveis omitidas.

Os resultados da avaliação proposta identificaram que os alunos do CsF apresentam maiores notas tanto na formação geral quanto no componente específico quando comparados com os dois grupos de controle: toda a amostra e os intercambistas. O mesmo foi indicado para os intercambistas vis-à-vis aos alunos que não estudaram no exterior durante a graduação. A evidência trazida pelo referido trabalho sugere que, apesar das melhores condições de background familiar e educacional dos alunos do CsF, o programa parece ter um impacto positivo sobre seus desempenhos acadêmicos.

Ou seja, para a presente revisão sistemática, o estudo atinge o critério de avaliação ao verificar os microdados do Enade 2013, apontando, mesmo diante das dificuldades de dados, os resultados de impacto do programa CsF.

Sobre a dissertação de mestrado “*Trajetórias da internacionalização da Universidade Pública: avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras à luz da experiência da Universidade Federal do Ceará*” Garcia (2020) analisou a implementação do Programa na Universidade Federal do Ceará (UFC), considerando as modificações decorrentes das dinâmicas institucionais e culturais.

O estudo teve uma abordagem qualitativa, com aportes quantitativos, além de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com os reitores, pró-reitores de graduação, coordenador de assuntos internacionais e coordenadores de nove cursos de graduação da Universidade, contemplando o período de implementação do Programa.

A metodologia utilizada foi a avaliação em profundidade, com análise de conteúdo, análise de contexto, análise da trajetória institucional, de Rodrigues (2008), fundada no



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

paradigma hermenêutico de Lejano (2012), evidenciando que as concepções individuais e contextuais influenciaram a operacionalização do programa.

O estudo utilizou a análise hermenêutica-dialética de Minayo (2005) para interpretar as narrativas e identificar categorias como trajetórias pessoais dos gestores, contexto institucional, concepções de internacionalização, e as ressignificações do programa. Por fim, o estudo revelou que a implementação do CsF na UFC foi moldada contextos sociopolíticos.

Quanto a qualidade da dissertação, a pesquisa levou em consideração outras fontes bibliográficas que analisam o programa e o resultado do questionário aberto aplicado para os gestores do programa na UFC.

Ou seja, para a presente revisão sistemática, o estudo apresenta uma avaliação em profundidade, porém, não utiliza os microdados do Enade e os resultados demonstraram um posicionamento político e pessoal dos gestores.

Sobre a dissertação de mestrado “*Programa de monitoria no ensino superior: o estudo de caso no CEFET/RJ*” Amato (2016), realizou um estudo de caso sobre o Programa de Monitoria do CEFET/RJ com o objetivo de analisá-lo assim como propor melhorias.

O estudo foi realizado a partir de entrevistas semiestruturadas com os docentes do respectivo curso e com a gestão do programa e os principais resultados indicaram que, apesar de a monitoria ser reconhecida como uma importante atividade complementar ao ensino de excelência, o programa possui fragilidades que interferem diretamente na sua qualidade, o que exige da instituição intervenções práticas para o aperfeiçoamento do mesmo.

Ocorre que, o estudo não se propôs a realizar a avaliação do CsF e do Enade, portanto, este critério resta prejudicado para a revisão sistemática, servindo, porém como aprendizado da relação causa e consequência e impacto do programa em outras políticas públicas. Portanto, este critério resta prejudicado para a revisão sistemática.

No estudo, “*Uma avaliação do programa Ciência sem Fronteiras: efeitos sobre desempenho, trancamento e conclusão*” CONCEIÇÃO *et al* (2021), se propôs a avaliar o programa CsF com foco no desempenho acadêmico e na trajetória universitária de seus ex-bolsistas, utilizando dados do ENADE 2013 e do Censo da Educação Superior de 2014 e 2015. Dividida em dois ensaios, a pesquisa compara os ex-bolsistas a dois grupos de controle: estudantes que realizaram intercâmbio por outras iniciativas e não intercambistas. O primeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

ensaio utiliza o Propensity Score Matching para analisar o impacto do programa no desempenho acadêmico, revelando que os ex-bolsistas obtiveram melhores notas no ENADE. O segundo ensaio examina a evasão e a conclusão dos cursos, empregando um logit multinomial e matrizes de transição de Markov, indicando que os participantes do CsF tendem a trancar mais o curso e prolongar o tempo de conclusão em relação aos grupos de comparação.

Observou-se que os alunos do CSF apresentam maiores notas tanto na formação geral quanto no componente específico quando comparados com os dois grupos de controle, foi possível constatar perfil dos alunos do CsF são mais novos, têm maior renda familiar, chance de ser solteiro, se autodeclarar branco e estudar em universidade pública.

O primeiro ensaio utiliza o Propensity Score Matching para analisar o impacto do programa no desempenho acadêmico, revelando que os ex-bolsistas obtiveram melhores notas no ENADE. O segundo ensaio examina a evasão e a conclusão dos cursos, empregando um logit multinomial e matrizes de transição de Markov, indicando que os participantes do CsF tendem a trancar mais o curso e prolongar o tempo de conclusão em relação aos grupos de comparação.

Porém, restou indagado que são poucas evidências sobre os ganhos efetivos desses programas para a sociedade e para os estudantes. Os resultados encontrados neste estudo reforçam a importância do debate em torno da efetividade do programa e dos mecanismos de controle da trajetória do aluno na universidade no retorno ao Brasil, diante do custo dos programas e possíveis impactos nas despesas das IES.

Necessário esclarecer ainda que a presente dissertação de mestrado deu origem ao artigo “O programa Ciência Sem Fronteiras contribui na formação dos estudantes? Uma análise a partir do Enade 2013” do mesmo autor e que por isso, algumas informações apresentam semelhanças nas informações anteriormente narradas e identificadas nos trabalhos.

Quanto a dissertação de mestrado “*Perfil sociodemográfico dos estudantes concluintes do Ensino Superior no Brasil em 2017*” Bezerra (2019), o documento objetivou traçar o perfil sociodemográfico da população de estudantes concluintes de cursos de ensino superior por meio da utilização da base de dados do ENADE 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Ou seja, esse estudo foi selecionado na presente pesquisa ao propor uma análise do perfil dos alunos a partir dos dados do Enade 2017 e nesse período já existir no questionário a identificação dos alunos participantes do programa de intercâmbio.

O estudo se desenvolveu a partir do método Grade of Membership - GoM, entre os resultados, percebeu-se que os indivíduos com menor capital cultural, menor capital econômico e, em geral, de instituições privadas de ensino superior têm uma menor participação na condição de concluintes ao passo que indivíduos com capital cultural e econômico elevados e de instituições de ensino superior públicas têm maior participação na condição de concluintes, melhor desempenho no exame do ENADE e suporte institucional.

Ocorre que, o estudo não se propôs a realizar a avaliação do CsF e do Enade, porém, como verificado preliminarmente, utiliza a variável da participação no CsF como um dos indicadores de Capital Cultural e Econômico, indicando o Programa como uma das formas de impacto na elevação do capital cultural e econômico. Sendo, portanto, destacado os fatores de subjetividade dos conceitos apresentados e ausência de proposição específica sobre avaliação do CsF.

Quanto a monografia em bacharelado intitulada: “*Mineração de dados aplicada ao enade*” Corso e Resende (2018), houve a proposição de análise dos dados referentes ao ENADE 2014, com o objetivo de avaliar o rendimento dos alunos concluintes dos cursos de graduação, definindo assim a qualidade dos cursos.

De forma mais específica, os dados utilizados foram os do Enade 2014 com resultados do perfil dos participantes e os fatores que influenciam seus resultados no exame, a partir de *insights* sobre o perfil dos participantes e os fatores que influenciam seus resultados no ENADE 2014, por meio de técnicas de visualização, análise e mineração de dados, utilização de recursos como tabelas, gráficos e a ferramenta Weka.

O estudo não se propôs a realizar a avaliação do CsF e do Enade, portanto, este critério resta prejudicado para a revisão sistemática, não sendo apresentada, necessariamente a separação quanto a divulgação dos dados dos programas de intercâmbio e mobilidade que os alunos participaram e o impacto obtido de forma a conseguir diferenciar o resultado do CsF, mesmo tendo sido objeto do questionário dos dados do Enade analisados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

A tese de doutorado “*Políticas de avaliação externa no Ensino Médio: O Enem sob a perspectiva de discentes e docentes da escola pública*”, Almeida (2019), analisa as mediações entre a lógica do Estado avaliador contemporâneo e a indução e implementação de políticas de avaliação externa no ensino médio, apreendendo as dinâmicas de funcionamento do Enem.

A partir da abordagem quanti-qualitativa, por meio da coleta de questionários e entrevistas com discentes e docentes de escolas estaduais de Uberlândia, Minas Gerais, a pesquisa evidenciou que o Enem não exerce uma função de avaliação sistêmica; não possui um embasamento metodológico na escolha dos participantes; acentua a competição e ranqueamento entre as escolas; não gera um feedback amplo e construtivo da escola; contribui para a responsabilização unilateral dos docentes acerca dos baixos resultados e que não guarda conexões com o Ideb, índice que figura como outro indicador do Ensino Médio.

Neste caso, o estudo não se propôs a realizar a avaliação do CsF e do Enade, mesmo incluindo nos questionários aplicados o referido indicativo e perguntas relacionadas ao CsF, portanto, mesmo dentro de uma primeira análise, o estudo indicando o levantamento de dados sobre o tema pesquisado, este critério resta prejudicado para a presente revisão sistemática mesmo se considerarmos a avaliação por outro índice, que neste caso foi o ENEM, por não ter sido apresentado um aprofundamento sobre o referido tema.

No livro eletrônico “*Investigação em governança universitária: memórias*” o artigo “*O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS SOB A PERSPECTIVA DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO EX POST DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO*” Vieira *et al* (2018), teve o objetivo de promover uma avaliação *ex post* de processo do CsF, a partir da abordagem das três últimas fases do ciclo de Políticas Públicas – implementação, avaliação e extinção/reformulação.

A partir da análise do CsF por meio da *Policy Evaluation*, ou avaliação de políticas públicas, o resultado apresentado demonstrou que apesar do programa não ter se mostrado eficiente administrativamente não implica em sua ineficácia.

A pesquisa foi capaz de apontar que: há subjetividade da implementação de uma política, e a relação de causa e efeito; que o programa não possui critérios objetivos para acompanhamento; benefícios para a vida profissional e pessoal do estudante mas que ainda faltam pesquisas que divulguem de forma objetiva os resultados do CsF.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Vale mencionar que, inicialmente, não fica clara a metodologia utilizada, porém, fora utilizada mais de uma fonte de dados, dentre elas, o DataSenado. Os conceitos de avaliação e análise não ficam claros, não sendo demonstrado critérios objetivos de avaliação no estudo, portanto, a qualidade da informação para a presente revisão sistemática levanta dúvidas sobre a qualidade do estudo como dados a serem considerados, por não ser possível verificar com clareza os métodos e resultados obtidos.

A tese de doutorado “*Perspectivas da bolsa pesquisador visitante especial: uma modalidade do programa brasileiro Ciência sem Fronteiras*” Carneiro (2019), teve como objetivo apresentar e explorar os resultados da bolsa de Pesquisador Visitante Especial do Programa CsF, a partir do estudo sob três aspectos: a internacionalização, a teoria de redes e a produção científica. Os dados foram obtidos pelo currículo Lattes dos pesquisadores e pela base de dados do CNPq. Para estudar a internacionalização da ciência, foi utilizada a análise Exploratória de Dados – AED; para a análise de projetos a Teoria de Redes e para a análise de produtividade, utilizou-se a metodologia quali-quantitativa.

Neste caso, foi apresentada a conclusão de que houve aumento da internacionalização da ciência, fortalecimento da cooperação internacional na forma de rede e um efeito positivo sobre as publicações dos pesquisadores participantes.

Necessário destacar que o estudo atinge os objetivos propostos, porém, não utiliza os dados do ENADE como diretriz, por outro lado, analisa a modalidade de pesquisador visitante a partir de dados como as publicações e interações internacionais. Nesse sentido, demonstra que houve ganho no Programa, apontando a deficiência na divulgação dos dados e acompanhamento, bem como, pontos a serem melhorados nessa modalidade e proposta para os próximos estudos.

Para a presente revisão sistemática, o estudo analisa o CsF a partir de uma modalidade específica (PVE) e utilizando os dados do CNPq e do currículo Lattes dos bolsistas. A Capes não disponibilizou as informações pesquisadas sobre os projetos na internet, além de outras informações dos participantes do programa. Além da ausência de acompanhamento sistemático, sendo um estudo importante para entender outros aspectos da implementação do Programa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Ao buscar a literatura com o tema já apresentado, foram identificados não só publicações direcionadas ao meio acadêmico, mas documentos de instituições, como é o caso da “Autoavaliação – CEFET-MG” CP DE AVALIAÇÃO–CPA (2017).

O relatório do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, referente ao ano base 2014, apresenta os resultados do processo de autoavaliação da Instituição, em atendimento às diretrizes definidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Ministério da Educação.

Ocorre que, quanto ao programa CsF, houve a indicação de acompanhamento pela diretoria de graduação, porém, não fora relacionado aos dados do Enade, o estudo não se propôs a realizar a avaliação do CsF, apontando que os dados da implementação do Programa no CEFET MG, demonstraram um aumento crescente nos comparativos dos anos de 2012, 2013 e 2014.

O trabalho de conclusão de curso “*Mobilidade internacional estudantil: evidências dos discentes da UnB*” Brito (2017), objetivou analisar os principais programas de intercâmbio da Universidade de Brasília, os vinculados à Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) e o CsF, demonstrando resultados sobre o perfil dos participantes a partir da probabilidade linear, o probit e o pareamento.

Foram analisados os dados dos alunos que ingressaram na UnB entre os anos de 2009 e 2012 e os dados mostraram que os alunos participantes de intercâmbio possuíam status socioeconômico maior do que os não participantes.

No entanto, que não havia diferença significativa em termos de renda entre os alunos do INT e do CsF, indicando que a disponibilização de bolsas pelo CsF não gerou acesso a estudantes menos favorecidos economicamente. Foi encontrado uma relação positiva entre a mobilidade e o rendimento acadêmico, usando os métodos de regressão linear e de pareamento. O efeito sobre a probabilidade de formação após a participação no programa é ambíguo, dependendo do grupo de controle utilizado, sendo demonstrada a intensão do CsF de firmar acordos com instituições de ensino de alta qualidade, principalmente em países desenvolvidos, tendo como foco de implementação nas engenharias e ciências exatas e da terra.

O estudo atinge os objetivos propostos, é claro e objetivo, porém, não utiliza os dados do ENADE como diretriz, por outro lado, a partir de métodos estatísticos e demonstrando



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

cuidado na seleção das informações, demonstra resultados para análise do impacto do Programa sobre outros aspectos.

Em síntese, a pesquisa não se propôs a analisar o CsF sob os dados do Enade, porém, reconhece a utilização desse indicador em outros estudos, apresenta um recorte de perfil dos participantes do CsF, indicando dificuldades na identificação de informações e destacando o possível efeito da auto seleção nos dados com fatores não observáveis.

Quanto ao estudo *“Geração sem fronteiras: experiências de intercâmbio internacional de estudantes universitários oriundos do ensino médio público”* Reis (2018) propõe no trabalho de conclusão de curso de bacharelado, um com o objetivo de conhecer o perfil dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB), oriundos do ensino médio público, que participaram do Programa CsF.

O estudo foi dividido em duas fases, analisar a trajetória escolar dos bolsistas, suas experiências no exterior e as contribuições do intercâmbio para as suas vidas e compreender as orientações coletivas de jovens universitários oriundos de escolas públicas do ensino médio e que fizeram intercâmbio.

Os resultados da pesquisa revelam que o intercâmbio contribuiu de forma significativa na ampliação de visões de mundo, nos projetos de futuro e no despertar o desejo de ser protagonista da transformação da realidade brasileira.

É importante destacar que por apresentar um recorte pontual do objeto a ser estudado, do período e local de estudo, os dados podem apresentar variação ou especificidade pontual do recorte, além de apresentar foco no ingresso na faculdade e não necessariamente no processo seletivo do programa.

No artigo *“Exame nacional do desempenho dos estudantes de Odontologia (ENADE - 2016) – um olhar para as instituições, alunos e a saúde coletiva”*, Teixeira *et al* (2020), o estudo avalia a associação entre as características das IES, dos alunos e da performance nas questões de saúde coletiva com o desempenho no ENADE 2016, apresentando resultados quanto ao desempenho do ENADE e características dos alunos.

Ocorre que, mesmo estudando resultados do ENADE, o CsF foi apenas citado, o estudo, portanto, não se aprofunda na avaliação do CsF.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

O Relatório de projeto de graduação: “*Aplicação de um modelo de autoavaliação para o curso de EP da UnB*” Gomes (2014), com o objetivo de aplicar o Modelo de Autoavaliação elaborado no Projeto de Graduação para o curso de Engenharia de Produção da Universidade de Brasília - UnB e a partir da Revisão bibliográfica sobre os indicadores que constituem o Sistema de Avaliação da Instituição de Ensino Superior - IES, indicou dentre os resultados, que o conceito do ENADE pode ser influenciado pelo boicote dos alunos à prova ENADE e que a principal função da educação superior é contribuir para o desenvolvimento social e humano mediante as atividades de formação e de produção de conhecimentos e tecnologias com relevância científica e grande valor para a população.

O que se destaca nesse estudo é que, mesmo não se propondo a avaliar o Programa, identificou e demonstrou os impactos da participação no CsF no objeto de recorte do estudo, indicando que os objetivos propostos pelo Programa foram alcançados.

Teixeira (2018) na dissertação de mestrado de pós-graduação em Políticas Públicas: “*A internacionalização em Instituições Federais de Ensino Superior do estado do Ceará na perspectiva institucional*” ao tentar compreender o estágio atual do processo de internacionalização das Instituições Federais de Ensino Superior no Ceará, demonstra os resultados da internacionalização, destacando a necessidade de políticas de fomento que respeitem as especificidades de cada instituição.

Demonstrou que os resultados evidenciam que o processo de internacionalização nas instituições pesquisadas ocorre de formas diferenciadas, em razão da missão institucional, das motivações para internacionalizar, do percurso histórico e das influências institucionais e nacionais, em que nisso resulta em diferentes estágios de internacionalização, onde a UFC apresenta maior aderência às exigências internacionais exigidas pelas instituições nacionais, que por sua vez atendem a padrões impostos por agentes externos.

Mesmo não se propondo a avaliar o CsF, o estudo demonstrou a importância do programa e o impacto para criação e desenvolvimento de outros programas como o Idioma sem Fronteiras.

A dissertação de mestrado em Gestão das Organizações e Sistemas Públicos de Sudan (2015), de “*Proposta metodológica para análise dos resultados de avaliações dos cursos de graduação*” não se propõe a avaliar ou analisar o CsF, apenas citando o programa, propondo o



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

desenvolvimento de uma proposta metodológica para análise dos resultados de processos de avaliação, como forma de subsidiar em uma perspectiva ampla a tomada de decisão e, mais especificamente, os processos de reformulação curricular.

Silva (2018), na tese de doutoramento em sociologia “*A internacionalização da educação superior. Estudo comparado entre Brasil e Portugal*” se propõe a investigar impactos da internacionalização da Educação Superior nas instituições UFRJ e COIMBRA, na visão dos gestores e dos docentes e como essas universidades estão organizadas em torno do desafio da internacionalização.

O estudo apresenta análise socioeconômica pertinente, porém, não se propõe em analisar o CsF, apenas apontando o programa como um dos importantes programas de internacionalização do conhecimento e questões de implementação identificados no estudo.

O Artigo científico de Sarmento (2017), “*CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: o legado linguístico*” objetiva fornecer uma visão geral do legado linguístico do CsF especificamente aos alunos/ pesquisadores que foram para as universidades canadenses, a partir de uma abordagem do ciclo de Políticas Públicas e aplicação de questionários, os resultados foram no sentido de que o CsF promoveu o aprimoramento da proficiência em língua inglesa.

Ocorre que o estudo não foi disponibilizado na íntegra, o que inviabiliza a análise e verificação dos parâmetros necessários.

O Artigo científico de Guimarães-Iosif, (2017), “*ANÁLISE COMPARADA DAS EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA DE ESTUDANTES BRASILEIROS EM UNIVERSIDADES CANADENSES*” analisa, em perspectiva comparada, as experiências de mobilidade acadêmica de estudantes do Distrito Federal participantes do Programa Ciência sem Fronteiras em universidades canadenses.

Porém, o estudo apresenta o mesmo problema de continuidade, conforme o anterior, por não ter sido disponibilizado na íntegra, o que inviabiliza a análise e verificação dos parâmetros necessários.

Chaves (2015), na dissertação de mestrado em educação “*As bolsas de graduação-sanduíche do Programa Ciência sem Fronteiras: uma análise de suas implicações educacionais*” foca na ampliação da concessão de bolsas de graduação-sanduíche e nas implicações educacionais dessa política para os estudantes beneficiados e sua instituição de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

origem. O estudo se baseia no método do ciclo de política, evidenciando que o programa tem contribuído no processo de internacionalização, destacando que a política contribui para o fortalecimento do grande mercado mundial da educação superior.

Todavia, o estudo destaca que as bolsas de graduação-sanduíche do Programa também trouxeram benefícios educacionais ao grupo de estudantes contemplados na Instituição de Ensino Superior investigado e que há necessidade de melhor comunicação no âmbito do Programa.

O estudo não propõe analisar a eficiência do programa, mas reconhece a necessidade do levantamento e o monitoramento da eficiência das bolsas de graduação-sanduíche do Programa, e do retorno econômico e social proporcionado aos brasileiros pelo CsF e é possível verificar, a partir da leitura dos questionários, que muitas perguntas foram abertas ou dependem apenas da visão pessoal do aluno ou gestor sobre o tema questionado, o que pode imprimir um resultado não necessariamente objetivo sobre as implicações do programa.

Saenger (2016) no estudo “*O bolsa pesquisador visitante especial no programa Ciência sem Fronteiras no CNPq e a internacionalização da ciência*” ao contrário dos estudos que se apresentam sobre o tema, analisa bolsa de pesquisador visitante especial do Programa Ciência sem Fronteiras do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com foco nas bolsas de atração de pesquisadores para o Brasil.

O estudo apresenta lacunas na literatura sobre a internacionalização, destacando de forma positiva a atração de pesquisadores pelo programa CsF. Sem, contudo, avaliar esse recorte do programa estudado.

Melo (2017), a partir da monografia de bacharelado em ciências econômicas intitulada “*Avaliação do programa ciência sem fronteiras: uma análise a partir do ENADE 2017 para os cursos de engenharia*” busca apresentar os impactos do CsF em estudantes de graduação em engenharia.

Para a análise descritiva foram analisados os gráficos disponíveis sobre as principais características dos ex-bolsistas do CsF em contraposição com o grupo de controle adotado no trabalho, podendo ser divididas em cinco categorias (origem, individualidades, renda, esforço do aluno e família), a partir da aplicação de métodos de Resultados Potenciais e de Mínimos Quadrados Ordinários para a comparação e estatísticas descritivas. A análise dos dados foi



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

realizada por estatística descritiva para identificar os principais atributos dos ex-bolsistas do CsF e também empregado o Método de Resultados Potenciais elaborada por Rubin.

O CsF apresenta no estudo correlação positiva na nota dos estudantes, indicando que o programa incorpora conhecimentos, de maneira geral, na formação acadêmica dos estudantes, indicando que a origem do estudante o background familiar é essencial na formação acadêmica, em que é crescente na renda.

O estudo aponta a necessidade de cautela na análise de dados, eis que, pode-se apresentar um viés de auto seleção entre os participantes. Como estratégia para mitigar esse possível viés, utiliza-se como proxy do esforço do aluno a quantidade de horas de estudo por semana durante a graduação e quantidade de livros lidos durante o ano do exame. Destacando que mesmo propondo avaliar o programa, não conseguiu adentrar no objetivo de mensurar o custo efetivo.

Vale mencionar que mesmo diante de uma proposta de avaliação com boa estrutura metodológica, foram objetos do estudo a eficiência, eficácia ou efetividade do programa analisado.

No estudo sobre “*A Dimensão da educação na relação Brasil União Europeia: o programa Ciência sem Fronteiras*” Espindola (2019), a partir do método indutivo, a autora demonstra resultados analíticos sobre a implementação do programa a partir da pesquisa empírica, estudo bibliográfico e aplicação de questionários.

Destaca-se que o estudo não se propõe em analisar o CsF e que as conclusões não ficam claras quanto aos objetivos indicados e métodos aplicados.

Filho (2019) no estudo “*DO CAMPO PARA O MUNDO: AS APRENDIZAGENS DOS JOVENS DE ÁREAS RURAIS DA UFRPE A PARTIR DO PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS*” apresenta uma análise da trajetória de jovens rurais que estudaram na Universidade Federal Rural de Pernambuco e que participaram do programa CsF. Buscou-se ligar o campo conceitual ao universo no qual os estudantes estão inseridos, indicando resultados em ganhos acadêmicos, pessoais e de desenvolvimento local.

O estudo não propõe analisar a eficiência, eficácia e efetividade do programa, mas apresenta um perfil de participantes de acordo com o recorte proposto.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

3.1.2 Relato de pesquisa, resultado dos estudos individuais “Ciência sem Fronteiras” AND “CGU” AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2024

A partir da aplicação do filtro de pesquisa anteriormente indicados foi necessária a realização da análise individual de cada trabalho selecionado para a verificação dos objetos propostos e resultados indicados do Programa.

Vale mencionar e registrar que, conforme já previsto, um dos trabalhos está repetido quanto ao filtro anterior, portanto, sobre o estudo: *A Dimensão da educação na relação Brasil União Europeia: o programa Ciência sem Fronteiras* de Espindola (2019), não será repetido neste tópico, por já ter sido analisado no tópico anterior.

Portanto, dá-se início a demonstração da análise individual de cada trabalho selecionado:

Na dissertação de mestrado em educação de ciências, Costa (2019) ao apresentar o trabalho “*Monitoramento e avaliação de programas de mobilidade acadêmica internacional: um estudo do Ciência sem Fronteiras*”, investiga quais dados foram coletados no programa brasileiro Ciência sem Fronteiras, sendo verificado como os dados coletados serviram ao monitoramento e à avaliação do CSF e são feitas comparações dos instrumentos do Programa com os atuais instrumentos de coleta de dados utilizados pela Capes e pelo CNPq. Indicando dificuldades na divulgação dos dados.

Mesmo de debruçando nos dados coletados pelo programa CsF, percebeu-se que as informações disponíveis e as avaliações já realizadas são insuficientes para se confirmar o cumprimento de todos os objetivos do Ciência sem Fronteiras.

Fialho (2020), no estudo “*Mineração de dados educacionais dos alunos de graduação da UFPE: um estudo de caso da mobilidade e internacionalização*”, objetivou propor um modelo de tomada de decisão utilizando técnicas de mineração de dados para tratar dados relacionados aos alunos de graduação que participam dos programas de mobilidade internacional estudantil e internacionalização da Universidade Federal de Pernambuco. É um estudo de caso do setor de diretoria de relações internacionais da instituição e tem abordagem quantitativa e descritiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Fora verificado que o registro de dados de maneira descentralizada, sem um sistema de gerenciamento de banco de dados, impacta na análise das informações de forma não adequada, perdendo a oportunidade de descobrir conhecimentos pertinentes para a melhoria setorial e institucional.

No artigo de Granja e Carneiro (2020) sobre o “*O programa Ciência sem Fronteiras e a falha sistêmica no ciclo de políticas públicas*”, a pesquisa propõe a analisar o programa CsF utilizando o ciclo de políticas públicas como instrumento metodológico, a partir da literatura e um estudo de caso. Concluiu-se que o programa teve falhas em todas as etapas do ciclo de políticas públicas.

Fora verificado que o registro de dados de maneira descentralizada, sem um sistema de gerenciamento de banco de dados, impacta na análise das informações de forma não adequada, perdendo a oportunidade de descobrir conhecimentos pertinentes para a melhoria setorial e institucional.

O estudo destaca que a ferramenta pública de controle do CsF foi retirada do Painel de controle do programa, na sequência, o portal oficial do programa foi descontinuado e parte das informações foram incorporadas ao site do Governo Federal, em que foram perdidos alguns dados.

Conforme verifica-se, a dificuldade ao acesso ou até mesmo a ausência da divulgação e registro de dados sobre a política, em especial, quanto a implementação dificultou o prosseguimento de avaliações e análises do programa independente do recorte escolhido na pesquisa.

3.1.3 Relato de pesquisa, resultado dos estudos individuais "Ciência sem Fronteiras" AND "Tribunal de Contas" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2024.

Considerando o filtro de busca que inclui na pesquisa termos do Tribunal de Contas, dá-se início a demonstração da análise individual de cada trabalho selecionado:

Na dissertação de mestrado em administração pública de Ribeiro (2017), “*Análise do programa Ciência sem Fronteiras (CSF) e de sua efetividade na promoção da visibilidade internacional dos trabalhos científicos dos Programas de pós ...*”, o estudo objetiva avaliar a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

efetividade do CsF na promoção da visibilidade internacional acadêmica e científica da pesquisa realizada no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas/UFV.

A análise demonstrou que o CsF possui obstáculos à sua efetividade, quer seja pela falta de detalhamento de objetivos e de previsão de métodos avaliativos, tanto por desequilíbrios nas atribuições dos atores. O CsF não trouxe o impacto desejado até momento da pesquisa para o recorte estudado que o programa não promoveu o incremento da visibilidade acadêmica no ambiente em estudo, o Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal de Viçosa e que do ponto de vista do ambiente do estudo, o CsF não trouxe o impacto desejado destacando a falta de estrutura de acompanhamento dos alunos durante e após sua ligação com o Programa.

Santos (2018) na dissertação “*Ciências sem Fronteiras: um estudo sobre as percepções de egressos que participaram do CsF na UFRRJ*” ao analisar a implementação do programa no âmbito da UFRRJ, chegaram a conclusão de que o programa contribuiu na vida pessoal e acadêmica dos participantes.

A flexibilização de exigências diante da dificuldade na proficiência e o impacto na modalidade da pós-graduação com remanejamento de bolsas para a graduação chamou a atenção da pesquisadora.

Além da dificuldade de acompanhamento dos gestores diante da ausência do plano de ação, surgiram questionamentos quanto ao perfil do bolsista e o impacto positivo na criação de redes bilaterais de pesquisa.

Cerveró *et al* (2017), “*Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias*”, o artigo propõe analisar a evolução da colaboração científica do Brasil, enfatizando principalmente as interações com a Espanha, utilizando indicadores quantitativos extraídos do Painel de Controle do Programa CsF e também dados sobre a produção científica brasileira indexados na base *Web of Science* - WoS, analisando a colaboração internacional para detectar se esta aumentou após a implementação do CsF no Brasil. Além de apontar outros programas como promissores.

O trabalho não se propõe a analisar a implementação do programa em si, mas apresenta perspectivas sobre a parceria com outro país de forma positiva e promissora.

Gomes (2016), a partir da tese “O programa de mobilidade internacional “ciência sem fronteiras” na perspectiva das desigualdades de oportunidades educacionais”, analisa o perfil



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

socioeconômico, sociocultural e escolar dos estudantes beneficiados pelo programa CsF e os compara com seus pares da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa, por meio de questionários, examina as desigualdades no acesso à mobilidade acadêmica internacional, destacando as disparidades entre os grupos.

O estudo levanta a discussão sobre o perfil dos participantes do programa evidenciando o perfil dos alunos das universidades que impactam o programa, indicando o perfil socioeconômico dos participantes e o cenário de exclusão.

Gomes (2016), na tese “*O programa de mobilidade internacional “ciência sem fronteiras” na perspectiva das desigualdades de oportunidades educacionais*”, analisa o perfil socioeconômico, sociocultural e escolar dos estudantes beneficiados pelo programa e os compara com seus pares da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa, por meio de questionários, examina as desigualdades no acesso a mobilidade acadêmica internacional, destacando as disparidades entre os grupos.

O estudo levanta discussão sobre o perfil dos participantes do programa evidenciando o perfil dos alunos das universidades que impactam o Programa.

Santos (2016) na tese “*Políticas públicas de mobilidade acadêmica internacional: um estudo exploratório do dia a dia do aluno brasileiro na cidade de Lyon-França*” investiga as experiências de estudantes brasileiros em mobilidade acadêmica em Lyon, França, utilizando uma abordagem qualitativa com entrevistas e análise documental. O foco está nos desafios, adaptações e impactos dessa vivência no contexto educacional e cultural.

Apresenta ainda os impactos do CsF, principalmente nos cursos de graduação, demonstrando por outra perspectiva, que o número de bolsas implementadas no Lyon já tinha impacto mesmo no período não compreendido pelo CSF, destacando as incertezas quanto ao retorno do investimento do programa e tempo de permanência dos alunos estrangeiros.

Ribeiro (2020), no Trabalho de Conclusão de Curso “*Vinculações de receitas e rigidez orçamentária frente a um cenário fiscal restritivo: o caso do fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico*”, aborda o modelo de vinculações de receitas adotado para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Apresenta análise orçamentária do Fundo no período de 2001 a 2019. Apresentando discussões sobre os



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

efeitos do modelo de vinculações tanto para o FNDCT quanto para a União, demonstrando a situação orçamentária do país.

O trabalho não propôs avaliar o CsF, porém, apresenta uma análise ampla de investimentos e impacto do CsF.

No artigo Conceição *et al* (2021) “*Mobilidade acadêmica internacional, evasão e conclusão no ensino superior brasileiro: o caso do programa ciência sem fronteiras*”, analisou as taxas de evasão e conclusão no curso de alunos do programa CsF em 2014 a partir dos microdados do Censo da Educação Superior para os anos entre 2014 e 2015. A metodologia empregada envolveu matrizes de transição de Markov e um modelo logit multinomial indicando que os resultados revelam que os alunos do programa demoram mais para se formar do que ambos os grupos de comparação.

Registra-se que, conforme esperado, houve repetição nos trabalhos analisados, a literatura “*O programa Ciência sem Fronteiras ea falha sistêmica no ciclo de políticas públicas*” deixa de ser analisada neste tópico por já ter sido apresentada para evitar duplicidade nas informações.

3.1.4 Relato de pesquisa, resultado dos estudos individuais Ciência sem Fronteiras" AND "auditoria operacional" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2020

Assim como resultado das demais análises por tema e filtros aplicados, neste tópico, foi verificada a ocorrência de mais duas repetições nos artigos selecionados, o “*Análise do programa Ciência sem Fronteiras (CSF) e de sua efetividade na promoção da visibilidade internacional dos trabalhos científicos dos Programas de pós ...*” e “*Investigación en Información, documentación y sociedad. Perspectivas y tendencias*”.

3.2 Análise dos resultados/ discussão

Inicialmente, verifica-se que o tema apresentado, em regra, não está sendo discutido na área do Direito, a literatura tem sido verificada em artigos, dissertações de graduação e mestrado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

e teses de doutorado, assim como em documentos administrativos, demonstrando que mesmo sendo uma política pública que teve impacto nacional e diante dos valores empreendidos, a literatura sobre o tema, se apresenta por recortes em áreas do conhecimento diversas.

Educação, Economia, Relações Internacionais e Administração Pública foram apontadas como as principais áreas de produção dos textos analisados, com estudos que perpassam por análises quantitativas e principalmente qualitativas, utilizando variados métodos, em especial, a aplicação de questionários.

A literatura dentre os destaques verificados, enfatizam recortes do programa CsF, apresentados a partir de ópticas diferentes, como o recorte de impacto financeiro ou de implementação em uma universidade específica.

Garcia (2020), por exemplo, destaca trajetórias pessoais dos gestores, o contexto institucional, as concepções de internacionalização entendendo que a implementação do CsF na UFC fora moldada por contextos sociopolíticos.

Essa conclusão quando analisada aos demais trabalhos, levanta discussões como a forma de seleção, o perfil dos alunos selecionados e a efetividade da implementação do programa.

O impacto do programa em outras modalidades precisa ser também levado em consideração, como apontado por Conceição *et al* (2021) que ao analisar o impacto do programa no desempenho acadêmico, revela que os ex-bolsistas obtiveram melhores notas no ENADE e por outro lado, indica que os participantes do CsF tendem a trancar mais o curso e prolongar o tempo de conclusão em relação aos grupos de comparação, sendo o perfil dos alunos, serem são mais novos, têm maior renda familiar, chance de ser solteiro, se autodeclarar branco e estudar em universidade pública.

Nesse sentido, Conceição *et al* (2021), apresenta uma perspectiva quanto ao custo do impacto do programa, eis que, cenário passíveis de coocorrer como consequência direta da implementação do programa e o custo dessas consequências impactam os cofres públicos de forma não previsível.

Portanto, para além da projeção do custo do programa, a eficiência poderia ser verificada se a correta projeção de cenários prováveis de ocorrer diante do impacto da política, como no caso do CsF, quanto ao atraso da formação dos alunos, fosse mensurada e provisionada de forma antecipada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Nesse ponto, a exigência legal quanto aos requisitos do cumprimento da publicidade juridicamente, devem ser expandidos quanto aos possíveis impactos ou impactos previstos e não só os positivos, mas neste caso, por exemplo, o aumento de custo diante da permanência prolongada de um aluno na universidade.

E por ter sido uma política implementada à nível nacional, o treinamento dos gestores que implementam a política deveria ser priorizada, assim como funcionar como uma das frentes viabilizadoras de informações e avaliação da implementação do programa.

Santos (2018), por exemplo, apresenta um resultado sobre a implementação do programa quanto a parte interna das instituições no Brasil, o que pode ser um indicativo de dificuldades na implementação e ausência de coordenação de planos de ação dentro das instituições e não só nos órgãos de fomento do programa.

Diante desses resultados, fica evidente que não só pensar juridicamente a política pública, o plano de ação, a partir do princípio da legalidade precisa ser pensado para todos os agentes públicos e traçada uma previsão de implementação.

No caso do CsF, por exemplo, foram mencionados impactos em outras áreas e políticas, como o impulsionamento de centros de estudos de línguas, o envolvimento dos ex-bolsistas em atividades dentro da universidade, o capital social formado pela experiência.

A literatura apresentou falhas na implementação do programa, como o processo de auto seleção, a ausência de acompanhamento prévio e posterior pelas universidades e gestores, além da flexibilização das regras de ingresso para cumprimento da meta de bolsas implementadas.

Análise ou avaliação a partir de recortes ou lentes escolhidas para direcionar e dimensionar as pesquisas podem impactar no viés de resultado, assim como a aplicação de questionários abertos em que o foco é o levantamento de impressões pessoais.

Além da literatura convergir no sentido de que a ausência de dados e informações impactam diretamente e negativamente no resultado das pesquisas, sendo necessário portanto, entender a importância da avaliação e da exigência da obrigatoriedade quanto a publicização dos dados vinculados as políticas e programa, em especial, os dados de implementação e de estudo prévio.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

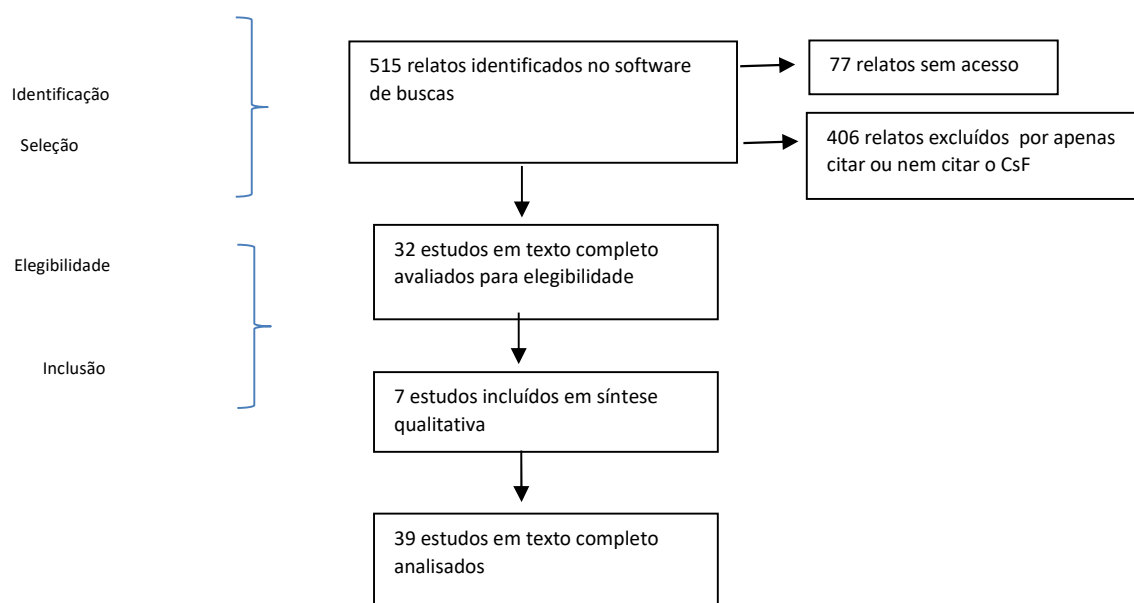
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Com o intuito de sintetizar as informações dos trabalhos analisados passa a apresentar o quadro ilustrativo da literatura analisada:

308 relatos identificados no software de buscas pelo filtro: "ciência sem fronteiras" AND "ENADE" AND "AVALIAÇÃO" from 2014 to 2020 237 apenas citações ou nem citam 52 sem acesso 19 verificar 6 acrescentados em pesquisa secundária	70 relatos identificados no software de buscas pelo filtro: "Ciência sem Fronteiras" AND "CGU" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2020 59 apenas citações ou nem citam 8 sem acesso 3 verificar 1 acrescentado em pesquisa secundária	122 relatos identificados no software de buscas pelo filtro: "Ciência sem Fronteiras" AND "Tribunal de contas" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2020 99 apenas citações ou nem citam 15 sem acesso 8 verificar	15 relatos identificados no software de buscas pelo filtro: "Ciência sem Fronteiras" AND "auditoria operacional" AND (resultado OR avaliação) from 2014 to 2020 11 apenas cita o CsF 2 sem acesso 2 verificar
--	--	--	--



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

CONCLUSÕES

A presente pesquisa se propôs, a partir dos estudos quanto à *análise e monitoramento*, a apresentar dados da política pública do Programa Ciência sem Fronteiras relativos à *avaliação* do Programa para a sociedade para que os resultados sirvam para fundamentar tomada de decisão, tornar claro os investimentos e aplicações realizadas pela gestão, apresentar a geração de resultados e instigar discussões sobre a viabilidade das próprias políticas e programas em si, como os possíveis impactos na administração pública, na gestão, na tomada de decisão e nos custos desse direito.

Essa produção se justificou não só pela exigência jurídica quanto a apropriação do papel da ciência jurídica e do jurista na *modelagem e análise* das políticas públicas, quanto a imposição constitucional de realização de *avaliação* das políticas,

Ocorre que, mesmo diante da previsão legal quanto a necessidade de divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados na forma da lei, o que se pode verificar é que, mesmo políticas públicas de alto valor investido, de implementação nacional e com previsão de comitês de acompanhamento, os resultados não foram divulgados de forma ampla e acessível, questionando-se, inclusive, se os órgãos de implementação possuem informações sobre a implementação do Programa, o que não foi identificado nesta pesquisa e em literatura analisada.

O fato de o Programa não ter demonstrado qualquer avaliação prévia, de forma a parametrizar as necessidades a serem atendidas e os objetivos a serem alcançados e durante a implementação ou posterior avaliações dos dados concretos sobre os resultados alcançados impactam no cumprimento da exigência constitucional de divulgação de resultado da implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, tanto os atores públicos quanto os juristas precisam de formas alternativas para verificação das informações necessárias afastando os desafios estruturais e culturais dessas duas áreas que precisam ser ultrapassados para só então serem construídas formas metodológicas únicas de análise e avaliação.

O arranjo jurídico do programa Ciência sem Fronteiras, assim como o de outros programas governamentais, apresentou lacunas importantes em relação à previsão de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

indicadores de avaliação da política em si, o que se evidencia ainda é a ausência de objetivos claramente definidos e parametrizados compromete a capacidade de avaliação eficaz, pois dificulta a criação de métricas objetivas para mensurar o seu impacto e sua efetividade, o que pode ter ser apontando com um dos fatores que impactam diretamente na literatura que objetiva analisar ou avaliar o Programa.

Portanto, do ponto de vista do Direito aplicado às Políticas Públicas, e em conformidade com a exigência constitucional estabelecida pela Emenda Constitucional nº 109, a literatura, com base em uma revisão sistemática, apresentou pontualmente cenários de avaliação do programa Ciência sem Fronteiras, onde foi possível verificar que mesmo na tentativa de avaliar e analisar os dados, a ausência de um posicionamento e divulgação oficial impactam diretamente os resultados.

A própria falta de especificidade nos objetivos quanto a implementação e cumprimento do Programa, limita o desenvolvimento de uma análise detalhada e impõe desafios para o monitoramento do cumprimento de metas e o ajuste de ações corretivas.

Diante disso, considerando os trabalhos já realizados que analisam o Programa Ciência sem Fronteiras, mas observando a ausência de uma revisão sistemática que consolide as ideias previamente exploradas, especialmente a partir de indicadores de eficiência para avaliar os resultados alcançados pelo programa.

Esse estudo foi importante pois sua contribuição reside em sistematizar esses dados, com o fim de oferecer o resultado de avaliação mais clara e integrada do Programa, o que poderá servir de base para decisões futuras em políticas semelhantes.

Seguindo a tabela de planejamento e execução de Gaziela (2020) para a realização da revisão sistemática, na etapa de planejamento, foram seguidas todas as fases, com a escolha do tópico, o levantamento da literatura sobre o tema, o preparado e teste da estratégia, momento em que foram realizadas buscas preliminares e de teste pelo software do *Publish or perish*.

A leitura complementar sobre o assunto, tanto do programa quanto ao tema que fundamenta o estudo a partir da perspectiva do direito na política pública.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

O aperfeiçoamento da estratégia de busca e escolha das plataformas que foram utilizadas para a base de dados, com testes prévios de busca pelo Google Scholar e testes de busca no software do *Publish or Perish*, além da verificação dos dados que foram levantados.

A partir da definição dos objetivos deste estudo, aliado ao aperfeiçoamento da busca, foi não só possível definir os critérios de elegibilidade e agrupar as informações como verificar a viabilidade do estudo e a operabilidade a análise.

A superficialidade, ou seja, a ausência de aprofundamento sobre o tema, o que se verifica, inclusive, no presente estudo, foi demonstrado de forma persistente na literatura analisada sendo um fator contante a indicação de ausência ou dificuldade de acesso aos dados de forma mais detalhada ou específica.

Ao verificar propostas de análise e principalmente avaliação de uma política pública, foram verificadas características recorrentes em parte da literatura, dentre elas, a ausência de clareza ou firmeza na condução da pesquisa sobre os indicadores propostos, ou até mesmo a ausência de propostas com indicadores específicos.

A falta de aprofundamento surge, aparentemente, a partir de dois principais aspectos, tanto de ausência de dados e informações necessários para o prosseguimento, assim como a ausência de clareza na proposta e metodologia do estudo.

Pesquisas nessa área enfrentam dificuldades, tanto do lado das políticas públicas, diante da dificuldade em acesso aos dados, por exemplo, de implementação, quanto a visão sob a óptica do direito, o fato de ser uma metodologia já utilizada em outras áreas, mas que no direito ainda é pouco aplicada, é difícil encontrar similaridade na literatura no sentido de objetivos de pesquisa.

Para além disso, quando observadas as pesquisas nessa área, não necessariamente métodos científicos são estritamente aplicados, esse problema foi identificado em outras áreas.

Pelo levantamento da literatura, foi possível verificar que em outras áreas, a ausência do rigor metodológico impacta diretamente na qualidade dos estudos, fator que para a revisão sistemática, é de observação obrigatória.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

O que se verifica é que, independente do método utilizado para análise e avaliação das políticas públicas, se os dados primários não forem divulgados, os estudos ficam prejudicados.

Portanto, mais do que acompanhamento, estabelecimento de objetivos e divulgação de resultados, como forma de *accountability*, se faz necessário a transparência na divulgação de dados da política pública. Dados esses não só *ex post* à implementação, mas entender as discussões, necessidade e direcionamento na formulação da política são necessárias para a real verificação do programa.

Mesmo diante das limitações, o resultado da pesquisa foi atingido, eis que, a partir da revisão sistemática, foi possível verificar as limitações e dificuldade para cumprimento da exigência constitucional quanto a necessidade de avaliação e divulgação de resultados dos programas.

O objetivo geral de examinar o programa Ciência sem Fronteiras a partir dos resultados indicados por diferentes autores por meio de revisão sistemática foi atingido, quanto aos objetivos específicos, foi apresentada a contextualização da avaliação de políticas públicas e o levantamento do marco legal a partir da exigência constitucional estabelecida pela Emenda Constitucional 109, conforme proposto, a partir do levantamento sistemático dos trabalhos divulgados no período entre 2014 e 2020 do Programa Ciência sem Fronteiras.

Após o referido levantamento, foi feita a identificação dos trabalhos divulgados no período entre 2014 e 2020 do Programa Ciência sem Fronteiras que se propunham a avaliar ou ainda analisar o Programa a partir da indicação de indicadores, quanto aos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, não foi possível atingir esse objetivo, eis que, verificou-se que tais indicadores não foram utilizados na literatura, mesmo assim, alguns estudos indicam a efetividade do programa quanto a obtenção do objetivo de implementação de bolsas no exterior, em universidades de excelência.

Nesse sentido, a partir da revisão sistemática, foi possível atingir o cumprimento do objetivo específico quanto a abordagem quantitativa e aprofundar as discussões analisando qualitativamente a literatura encontrada na referida revisão sistemática, apresentando, por fim, propostas de atuação.

Nesse sentido, o estudo foi importante para verificar que além da ausência de dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

oficiais, a literatura, que vale mencionar, não é representada apenas por trabalhos acadêmicos, sendo apresentados também documentos institucionais, quando se propõe pela avaliação do programa, indicam a dificuldade de prosseguimento em algumas perspectivas, pela ausência de clareza e obtenção de dados oficiais.

De toda forma, os trabalhos convergem para indicar a efetividade do Programa, nos limites dos recortes que se propõe a analisar, sendo verificado ainda que a literatura analisada converge quanto a indicação da necessidade de divulgação de dados das políticas públicas para a devida análise e ainda quanto a necessidade de estudos avaliativos para poder concretizar os estudos sobre as políticas públicas.

Ou seja, ao indicar novas formas de metodologia nos estudos jurídicos e na análise e avaliação das políticas públicas precisa-se esclarecer que, na realidade, o problema inicial identificado é o próprio acompanhamento da implementação ou inexistência deste.

Juridicamente, é possível verificar que, mesmo diante da previsão da necessidade da divulgação de objetivos e resultados, não há possibilidade de o direito dentro de suas previsões legais estar desassociados à realização das políticas públicas.

Por isso que o presente estudo caminha na direção de defender o direito nas políticas públicas, de forma a reforçar a ideia de que agentes públicos não podem ser vistos como agentes de áreas distintas, sendo necessário entender a linguagem e realidade do que é a aplicação do direito nas políticas públicas como uma área única do conhecimento.

Prever a necessidade de divulgação de resultados ou até mesmo da *accountability* e publicidade como fundamentos anteriores a alteração da emenda constitucional 109, sem prever ou exigir formas e ferramentas que viabilizem o acompanhamento dessas políticas é deixar uma lacuna evidente quanto a ausência do cumprimento de lei.

Vale destacar que no caso do programa estudado, mesmo com previsão do comitê de acompanhamento e assessoramento, a previsão foi revogada por decreto posterior, o que não afastaria a necessidade de divulgação dos resultados, visto que hoje é uma exigência constitucional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Conforme demonstrado, mesmo diante das dificuldades encontradas, é possível e necessário agregar metodologias de pesquisa de outras áreas para o Direito, a própria avaliação de políticas públicas surte efeitos quando realizadas por outros meios que não só os oficiais.

Nesse sentido, é evidente a necessidade de estudos não só de revisões sistemáticas em si, mas também em outros métodos de análise e avaliação para a presente área do conhecimento, sendo indicada a continuidade de pesquisas críticas sobre o tema.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas**¹. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Ano i nº 01 jul. a dez. 2013.

BARRETO, Renata Pereira. **O princípio da autodeterminação informativa diante do novo contexto sócio jurídico da contratação online e a política pública de educação como forma de prevenção à violação de direitos**. Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo, <https://indexlaw.org/index.php>, v. 09, 16 fev. 2024.

BOBBIO, Norberto. 1994 – **Liberalismo e democracia** – São Paulo. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03/04/2023.

_____. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciências sem Fronteiras. Diário Oficial da União. de 14 de dezembro de 2011, P. 7.

_____. **ENADE** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade> Acesso em 15 ago. 2024.

_____. **Ministério da Ciência e Tecnologia. Ciência, Tecnologia e Inovação: desafios para a sociedade brasileira** – Livro Verde. Brasília: MCT, 2001. Disponível em: < https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/859/1/ciencia%2C%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o_%20desafios%20para%20a%20sociedade%20brasileira.%20livro%20verde.pdf >. Acesso em: 12 fev. 2024.

_____. **Programa Ciência sem Fronteiras**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras> Acesso em 05 ago. 2024.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Mandado de Segurança. nº 36.150, da 1ª Turma do STF, Brasília, DF, 24 de ago. de 2001.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva. 2013.

_____, Maria Paula Dallari; SOUZA, Matheus Silveira de. **A abordagem Direito e políticas públicas: temas para uma agenda de pesquisa**. Sequência Estudos Jurídicos e Políticos,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Florianópolis, v. 43, n. 90, p. 1–28, 2022. DOI: 10.5007/2177-7055.2022.e85500. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/85500>. Acesso em: 6 mar. 2024.

_____, Maria Paula Dallari e COUTINHO, Diogo Rosenthal. **Arranjos jurídico-institucionais da política de inovação tecnológica**: uma análise baseada na abordagem de direito e políticas públicas. Inovação no Brasil : avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

_____, Maria Paula Dallari. **Método e aplicações da abordagem direito e políticas públicas** (DPP). rei - revista estudos institucionais, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 791–832, 2019. DOI: 10.21783/rei.v5i3.430. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/430>. Acesso em: 3 ago. 2023.

_____, Maria Paula Dallari. **O conceito de política pública em direito**. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas e direito administrativo**. Brasília a. 34 n. 133 jan./mar. 1997. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198/r133-10.PDF>. Acesso em 02 nov. 2024.

_____, Maria Paula Dallari. **Seminário do projeto de pesquisa**: Crise da democracia e arranjos jurídico-institucionais: uma análise a partir da relações entre política e o Direito (e IV Seminário de Direito do Estado). Unesp Franca – FCHS SP. 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Jik578jbZDE&t=3888s> Acesso em: 05 Jul. 2023.

BONIFÁCIO, Robert; MOTTA, Fabrício Macedo. **Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil**: abordagem conceitual e trajetória de desenvolvimento jurídico e institucional. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 340-371, maio/ago. 2021.

CASTELLS, Manuel.; CARDOSO Gustavo, (Org.). **A Sociedade em Rede**. Do Conhecimento à Acção Política. Lisboa, INCM. 2005. Disponível em: http://arnic.info/Papers/Sociedade_em_Rede_CC.pdf Acesso em 13 jun. 2024.

CLUNE, William H. **Direito e políticas públicas**: mapa da área. Revista de Direito Administrativo e Constitucional [Recurso Eletrônico]. Belo Horizonte, v.21, n.86, out./dez. 2021. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/42924>. Acesso em: 13 nov. 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

CONCEIÇÃO, Otávio Canozzi; FRANCA, Marco Túlio Aniceto; JACINTO, Paulo de Andrade. **O Programa Ciência sem Fronteiras Contribui na Formação dos Estudantes?** Uma Análise a partir do Enade 2013. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 39, n. 80, p. 7-29, set. 2021.

COELHO, Saulo Pinto; SALGADO, Maria Rodrigues; SAFE, Diva Júlia Sousa da Cunha; ARANTES, Bruno Rocha. **Estudo de caso sobre o GAEPE-BRASIL no enfrentamento dos desafios da política nacional de educação:** percepções institucionais acerca de uma prática inovadora de articulação multi-nível. *REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 1002–1029, 2023. DOI: 10.21783/rei.v9i3.744. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/744>. Acesso em: 23 fev. 2024.

COUTINHO, Diogo Rosenthal. **O direito nas políticas públicas.** A política pública como campo multidisciplinar. Tradução . São Paulo: Editora UNESP, 2013.

DE LUCA, Graziela Canto. **Revisões sistemáticas da literatura:** guia prático - 1.ed. – Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

FINCATO, Denise Pires; GILLET, Sergio Augusto da Costa. **A pesquisa jurídica sem mistérios.** Do projeto de pesquisa à banca. 3 ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. Vol. 1. Rio de Janeiro: Tempo, 1997.

JANNUZI, Paulo de Martino. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação Monitoramento Analítico como Ferramenta para Aprimoramento da Gestão de Programas Sociais.** Editora: Brasília : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, jan./jun. 2011 | Número 1 | Janeiro-Junho de 2011.

JESUS, Vanessa M. Brito de. COSTA, Adriano Borges. **Tecnologia social:** breve referencial teórico e experiências ilustrativas. *Tecnologia Social e Políticas Públicas*. -- São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

LASWELL, Harold D. **The decision process.** College Park: University of Maryland Press. 1956.

MACIEL LIMA, S.; SOUZA LIMA, J. E.; MOTTA, J. H. .; ANDERSON, J. P. J. .; RYNDACK, J. M. .; GOUVEIA, Y. S. .; MENDES, C. C. C. .; MATOSINHOS, I. S. A pesquisa jurídica em questão: um estudo de revisão sistemática. **Revista de Estudos Empíricos**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

em **Direito**, v. 8, p. 1–26, 2021. DOI: 10.19092/reed.v8i.560. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/560>. Acesso em: 11 jun. 2023.

RIBEIRO, Ivan César; ADEODATO, Benedito Fonseca e Souza. **Primeiras linhas de uma aproximação entre os “processos administrativos” e a abordagem direito e políticas públicas**. Revista de direito da administração pública. ANO Nº 08 – VOLUME Nº 01 – EDIÇÃO Nº 03 – Dossiê Temático. Rio de Janeiro, 2023.

RIBEIRO, Ivan Cesar; MARUYAMA, Jessica Mayumi. **Políticas públicas baseadas em evidências e o uso de revisões sistemáticas e meta-análises**. September 27, 2023. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4585604> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4585604>

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leilane Serratine. **Pesquisa Jurídica Aplicada**. 1 ed. Florianópolis: Habitus, 2023.

SAMPAIO, R F; MANCINI, M C; **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. v. 11, n. 1, p. 83-89, São Carlos: Rev. bras. Fisioter, jan. 2007.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learnig. 2016

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese**. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 45–71, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2003.1.45-71. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SOUZA, Matheus Silveira de; BUCCI, Maria Paula Dallari. **O ESTADO DA ARTE DA ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÂMBITO INTERNACIONAL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**. REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 833–855, 2019. DOI: 10.21783/rei.v5i3.431. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/431>. Acesso em: 7 out. 2023.

SPAT, Gabrielli Machado; SUPTITZ, Carolina Elisa. **O conceito de políticas públicas para o direito e a cultura como direito fundamental: sob o olhar da investigação acadêmica**. XX Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e XVI Mostra Internacional de Trabalhos Científicos. UNISC. 2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André (Org.) **Direito da regulação e políticas públicas**. São Paulo: Malheiros, 2014.

VANTI, Nadia Aurora Peres. **Da bibliometria à webometria**: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. IN CI. INF., Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002, p. 152-162.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2.ed. São Paulo: Atlas S.A, 1998.

WEIMER, David L.; VINING, Aidan R. **Policy analysis**: concept and practice. 5. ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2011.

WILDAVSKY, Aaron. **Speaking Truth to Power**: The Art and Craft of Policy Analysis. Boston: Little, Brown & Company, 1979.

XIMENES, Julia Maurmann. **Direito e políticas públicas**. Brasília: Enap, 2021. 82 p. : il. – (Coleção Governo e Políticas Públicas). Disponível em https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6337/1/Direito_e_pol%C3%ADticas_publicas_fina1.pdf Acesso em 01 de fev. 25.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

APÊNCICE

REFERÊNCIAS DOS TEXTOS ANALISADOS

CONCEIÇÃO, O. C.; FRANCA, M. T. A.; JACINTO, P. de A. **O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS CONTRIBUI NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES? UMA ANÁLISE A PARTIR DO ENADE 2013.** *Análise Econômica*, [S. l.], v. 39, n. 80, 2021. DOI: 10.22456/2176-5456.93270. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/93270>. Acesso em: 10 dez. 2024

GARCIA, Márcia Monalisa de Moraes Sousa. **Trajetórias da internacionalização da Universidade Pública:** avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras à luz da experiência da Universidade Federal do Ceará. 2020. 225f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2020.

AMATO, Danila Tavares. **Programa de monitoria no ensino superior:** o estudo de caso no CEFET/RJ / Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense. Escola de Engenharia, 2016 Niterói, RJ.

CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi. **UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: EFEITOS SOBRE DESEMPENHO, TRANCAMENTO E CONCLUSÃO.** *CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1–65, 2020

BEZERRA, Adriel Felipe de Araújo. **Perfil sociodemográfico dos estudantes concluintes do ensino superior no Brasil em 2017.** 2019. 137f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CRISPIM NETO, Wilton Ribeiro. **O uso de mineração de dados educacionais sob o ENADE como apoio ao processo de tomada de decisão de gestores do ensino superior.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Quixadá, Curso de Engenharia de Software, Quixadá, 2021.

ALMEIDA, Vitor Sergio de. **Políticas de avaliação externa no Ensino Médio:** O Enem sob a perspectiva de discentes e docentes da escola pública. 2019. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2459>

FOSSATTI, Paulo Jung, Hildegard Susana. **Investigação em governança universitária: memórias.** Universidade La Salle, Livro (PPGMSBC). 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

SAENGER, Emília Carneiro. **Perspectivas da bolsa pesquisador visitante especial** : uma modalidade do programa brasileiro Ciência sem Fronteiras. Repositório digital LUME, 2019.

Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-MG. **Autoavaliação Institucional: Relatório 2015** / Centro Federal de Educação Tecnológica. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2015. 145p

Brito, Igor da Silva. **Mobilidade Internacional Estudantil: Evidências Dos Discentes Da UnB**. 2017.

WELLER, Wivian; REIS, Jéssica. **Mobilidade estudantil de universitários oriundos do ensino médio público: experiências com o programa Ciência sem Fronteiras**. ARTIGOS • Pro-Posições 33 • 2022

MESQUITA, R. V.; WELLER, W. JOVENS NO ENSINO MÉDIO: DA MODALIDADE REGULAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 44, p. 653–681, 2023.

TEIXEIRA, Maria Carolina Pelayo; ZANIN, Luciane; PARAGUASSU, Éber Coelho; JUNIOR, Rui Barbosa de Brito; OLIVEIRA, Arlete Maria Gomes ; FLÓRIO, Flávia Martão. **Exame nacional do desempenho dos estudantes de Odontologia (ENADE - 2016) - um olhar para as instituições, alunos e a saúde coletiva** Research, Society and Development, v. 9, n. 11, e3319119932, 2020 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9932>

GOMES, Rodrigo Pereira. **Aplicação de um modelo de autoavaliação para o curso de EP da UnB**. 2014. 103 f., il. Monografia (Bacharelado em Engenharia de Produção) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TEIXEIRA, Linnik Israel Lima. **A internacionalização em Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Ceará na perspectiva institucional**. 2018.193f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2018.

SUDAN, Alessandra Maria. **Proposta metodológica para análise dos resultados de avaliações dos cursos de graduação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/7142>.

SILVA, Tania Maria Almenara da. **A internacionalização da educação superior. Estudo comparado entre Brasil e Portugal**. Tese de Doutorado em Sociologia, Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, apresentada à Faculdade de Economia da



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Universidade de Coimbra. 15 Out 2018. Portugal/PT. Disponível em <https://hdl.handle.net/10316/83586> Acesso em 10 de dez. 2024.

SARMENTO. Simone. **CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: O LEGADO LINGÜÍSTICO**. Congresso Ibero-americano de Educação Comparada –CIEC (2. : 2017 : João Pessoa, PB)Anais do [...] / 2ºCongresso Ibero-Americano de Educação Comparada (CIEC) e 7ºEncontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (EISBEC), de 24 a 27 de maio de 2017 João Pessoa, PB; organizadores: Luis Miguel Lázaro Lorente; Ana Elvira SteinbachTorres; Luis Enrique Aguilar.–João Pessoa, PB : UFPB : SBEC; Campinas, SP: FE/UNICAMP 2017. Disponível em <https://editora.fe.unicamp.br/index.php/fe/catalog/view/14/16/97> Acesso em 10 de dez. 2024.

GUIMARÃES-IOSIF. Ranilce. **ANÁLISE COMPARADA DAS EXPERIÊNCIAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA DE ESTUDANTES BRASILEIROS EM UNIVERSIDADES CANADENSES**. Congresso Ibero-americano de Educação Comparada – CIEC (2. : 2017 : João Pessoa, PB)Anais do [...] / 2ºCongresso Ibero-Americano de Educação Comparada (CIEC) e 7ºEncontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (EISBEC), de 24 a 27 de maio de 2017 João Pessoa, PB; organizadores: Luis Miguel Lázaro Lorente; Ana Elvira SteinbachTorres; Luis Enrique Aguilar.–João Pessoa, PB : UFPB : SBEC; Campinas, SP: FE/UNICAMP 2017. Disponível em <https://editora.fe.unicamp.br/index.php/fe/catalog/view/14/16/97> Acesso em 10 de dez. 2024.

CHAVES, Gêrlia Maria Nogueira. **As bolsas de graduação-sanduíche do programa ciência sem fronteiras : uma análise de suas implicações educacionais**. 2015. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/813> . Acesso em 10 de dez. 2024.

SAENGER, Emília Carneiro. **A bolsa pesquisador visitante especial no programa Ciência sem Fronteiras no CNPq e a internacionalização da ciência**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2016. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/150962/001009269.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 10 de dez. 2024.

Melo, Antonio Lucas de Abreu. **Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras : uma análise a partir do ENADE 2017 para os cursos de engenharia** / Antonio Lucas de Abreu Melo. – 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/75072/1/2018_tcc_alamelo.pdf Acesso em 10 de dez. 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

ESPINDOLA, Isabella Félix. **A Dimensão da educação na relação Brasil União Europeia: o programa Ciência sem Fronteiras**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/2627> Acesso em 10 de dez. 2024.

Mota Filho, José Henrique Cavalcanti. **Do campo para o mundo: as aprendizagens dos jovens de áreas rurais da UFRPE a partir do Programa Ciência sem Fronteiras** / José Henrique Cavalcanti Mota Filho. – Recife, 2019. 100 f.: il. Disponível em: <http://tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/8404/2/Jose%20Henrique%20Cavalcanti%20Mota%20Filho.pdf> Acesso em 10 de dez. 2024.

COSTA, Soraia de Queiroz. **Monitoramento e avaliação de programas de mobilidade acadêmica internacional: um estudo do Ciência sem Fronteiras**. Dissertação de mestrado Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, RS. 2019. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/210508/001115481.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20 de dez. 2024.

Fialho, Alexandre Magno Gurgel. **Mineração de dados educacionais dos alunos de graduação da UFPE: um estudo de caso da mobilidade e internacionalização** / Alexandre Magno Gurgel Fialho. - 2020. 106 folhas: il. 30 cm Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38941/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Alexandre%20Magno%20Gurgel%20Fialho.pdf> Acesso em 20 de dez. 2024

GRANJA, Cintia Denise. CARNEIRO, Ana Maria. **O programa Ciência sem Fronteiras e a falha sistêmica no ciclo de políticas públicas Ensaio: aval. pol. públ. educ.** 29 (110). Jan-Mar 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/n4BNgqb3M9bvBPVqRqPgMCp/?lang=pt> Acesso em 20 de dez. 2024.

CUEVAS CERVERÓ, Aurora et al. (Coord.). **Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias**. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017. 2 v. Disponível em: <<https://eprints.ucm.es/49084/>>. Acesso em: 26 out. 2018. Disponível em <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/32911> . Acesso em 20 de dez. 2024.

RIBEIRO, Carlos Pedro da Silva. **Análise do Programa Ciência sem Fronteiras e de sua efetividade na promoção da visibilidade internacional dos trabalhos científicos dos**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Programas de Pós-graduação do Centro de Ciências Exatas e Tecnológica/UFV. Viçosa/MG. 2017. Disponível em <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/48e69210-a2e5-4c68-848a-61be4525d842/content> . Acesso em 20 de dez. 2024.

SANTOS, Damaris de Oliveira. **CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS: um estudo sobre as percepções de egressos que participaram do CsF na UFRRJ.** 2018. p.179. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2018. Disponível em <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/11506/3/2018%20-%20Damaris%20de%20Oliveira%20Santos.pdf> Acesso em 20 de dez. 2024.

RIBEIRO, Caio Muniz Aslan. **Vinculações de receitas e rigidez orçamentária frente a um cenário fiscal restritivo: o caso do fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico.** Escola Nacional de Administração Pública (Enap). MONOGRAFIA/TCC. Jul-2020. Disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFVJM-2_1a4253cc6d431b5e04c0012b3e6327c9 Acesso em 27 de dez. 2024.

ALMEIDA, Felipe Cordeiro de. **Universidades federais de missão institucional Internacional e seu papel para a política externa brasileira.** Barra, São Paulo, 2022. Tese doutorado em relações internacionais. Unesp, Unicamp, PUC SP. Programa de pós-graduação. Em relações internacionais, San Tiago Dantas, 2022. Disponível em <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/ebac38c0-4a39-40f8-a760-df68f34a4d13/content> Acesso em 27 de dez. 2024.

SANTOS, Paulo César Marques de Andrade Santos. **Políticas públicas de mobilidade acadêmica internacional:** Um estudo exploratório do dia a dia do aluno brasileiro na cidade de Lyon-França/ Paulo César Marques de Andrade Santos - 2014 342f.: il Orientadores: Rosilda Arruda Ferreira e Jean-Claude Régnier TESE (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação - 2014. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18687> Acesso em 27 de dez. 2024.

GOMES, Catarina C.B.T. O programa de mobilidade internacional “ciência sem fronteiras” na perspectiva das desigualdades de oportunidades educacionais. Universidade Federal de Minas Gerais 2016 Disponível em <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/490> Acesso em: 20 jan. 2025.

CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi. FONTES, Luiz Felipe Campos. FRANÇA, Marco Túlio Aniceto. **MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL, EVASÃO E CONCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: O CASO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS.** Programa de Pós-Graduação em Economia/PUCRS. 45º ENCONTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

NACIONAL DE ECONOMIA. 2017. Disponível em <https://www.anpec.org.br/novosite/br/45-encontro-nacional-de-economia--trabalhos-selecionados> . Acesso em: 25 jan. 2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

ANEXO

Sistematização da Revisão Sistemática através da aplicação dos princípios da Avaliação Realista (Pawson & Tilley, 1997)

O presente anexo estende a revisão sistemática, através da aplicação das técnicas de avaliação realista propostas por Pawson & Tilley, utilizando o modelo de inteligência artificial o1 da *OpenAI*. O *prompt* apresentado seguiu a seguinte estrutura:

Título

Prompt para Elaboração de Tabela de Avaliação Realista do Programa Ciência sem Fronteiras

1. Objetivo do *Prompt*

Criar uma **tabela** que sintetize e organize, sob a perspectiva da **avaliação realista** (Contexto–Mecanismo–Resultado, ou C–M–O), os principais estudos que efetivamente **analisam** ou **avaliam** o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Apresentar as referências bibliográficas de cada estudo, descrever seus contextos de pesquisa, os mecanismos principais que explicam por que tais resultados ocorrem, os resultados obtidos e, por fim, observações adicionais sobre cada publicação.

2. Estrutura Esperada da Resposta

A resposta deve seguir o **formato de tabela** com as seguintes colunas:

Referência:

Nome do(s) autor(es)

Ano de publicação

Título do trabalho

Formato (artigo, dissertação, tese, capítulo de livro etc.)

Contexto (C):

Descrição do cenário onde a política foi investigada ou implementada.

Elementos institucionais, sociais ou econômicos que definem o “onde”, “quando” e “para quem” a política foi aplicada ou avaliada.

Mecanismos (M):

Processos ou “gatilhos” que impulsionam determinado resultado no contexto específico.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Exemplos: distribuição de bolsas, auto seleção de alunos, abordagens pedagógicas, metodologias de coleta de dados etc.

Resultados (O):

Efeitos, produtos, mudanças ou impactos identificados.

Resultados positivos, negativos, esperados ou inesperados, atribuídos à interação entre o contexto e o(s) mecanismo(s).

Comentários/Observações:

Breve análise crítica da qualidade do estudo.

Lacunas, limitações, contribuições ou aspectos metodológicos adicionais.

3. Passos para Elaborar a Tabela

Lista de Estudos

Selecionar, dentre as publicações analisadas na revisão, somente aquelas que realizam algum nível de **avaliação** do Programa Ciência sem Fronteiras (e não apenas citação superficial).

Organizar por Ordem de Relevância ou Data

Para cada estudo selecionado, criar uma linha na tabela, identificando-o pela **referência completa** (autores, ano, título etc.).

Descrever o Contexto

Em poucas frases, explicar qual foi o recorte da pesquisa (por exemplo, dados de ENADE em 2013, avaliação em uma universidade específica, análise de determinada área de conhecimento, etc.).

Enfatizar eventuais recortes institucionais (universidade pública ou privada), temporais (período de aplicação da pesquisa), geográficos (região do Brasil) e populacionais (ex. alunos de engenharia).

Explicitar os Mecanismos

Mostrar como as bolsas de intercâmbio, a proficiência em línguas, a auto seleção de estudantes ou outras variáveis atuam como “motores” que possibilitam ou dificultam determinados resultados.

Se há um viés de seleção ou um fator de motivação interna, descrever brevemente.

Apresentar os Resultados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Sintetizar as principais conclusões, sejam elas quantitativas (ex. melhora nas notas do ENADE, taxa de evasão) ou qualitativas (ex. percepção de desenvolvimento pessoal).

Indicar se houve resultados negativos, neutros ou inconclusivos.

Acrescentar Comentários/Observações

Indicar críticas metodológicas, lacunas de dados, carências de transparência, perguntas futuras etc.

Mencionar se o estudo faz uma análise robusta ou se carece de aprofundamento.

4. Linguagem e Formatação

Usar uma **linguagem clara** e objetiva, mantendo o formato de **tabela** (ou quadro) para facilitar a visualização.

A tabela pode ter **cabeçalhos negritados** e **linhas** que separam cada estudo.

Referências a estudos repetidos devem ser identificadas para evitar redundância.

5. Diretrizes Adicionais

Incluir, ao final, uma **breve síntese** sobre como a ótica C–M–O (da avaliação realista) contribui para revelar as dinâmicas do Programa Ciência sem Fronteiras.

Destacar pontos-chaves: a **auto seleção** de alunos, a **ausência de dados oficiais** (ou perda de registros), a **falta de monitoramento** pós-intercâmbio e o **impacto heterogêneo** de acordo com o contexto institucional.

Incluir, se necessário, **recomendações** de leitura ou aplicabilidade do método para futuras pesquisas e para o aperfeiçoamento de políticas similares.

6. Exemplo Simplificado de *Prompt*

"Crie uma tabela que apresente, de forma organizada, a avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras sob a ótica da abordagem realista (Contexto–Mecanismo–Resultado). Para cada estudo relevante encontrado na revisão sistemática, faça:

Identificação completa (referência).

Descrição do contexto de pesquisa.

Principais mecanismos que explicam por que aqueles resultados ocorreram.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Principais resultados (positivos, negativos, neutros).

Observações sobre qualidade do estudo, lacunas, limitações etc.

Utilize linguagem clara e objetiva, atentando para a formatação em tabela. Ao final, inclua uma breve conclusão relacionando a análise C–M–O e o caso do CsF.”

Tabela. Estudos sobre o Programa Ciência sem Fronteiras sob a lente da Avaliação Realista (C–M–O)

Referência	Contexto (C)	Mecanismos (M)	Resultados (O)	Comentários/Observações
CONCEIÇÃO, Otávio Canozzi et al. (2021). <i>O programa Ciência Sem Fronteiras contribui na formação dos estudantes? Uma análise a partir do Enade 2013.</i>	- Política pública de mobilidade (CsF) em nível nacional, com foco em estudantes da área da saúde que prestaram o ENADE 2013. - Contexto de alto investimento público em bolsas de intercâmbio durante o período de vigência do CsF.	- Intercâmbio como potencializador de aprendizagem acadêmica e prática. - Alunos selecionados com perfil socioeconômico mais favorável (possível auto seleção). - Comparação do grupo CsF com (a) alunos sem qualquer intercâmbio e (b) intercambistas de outros programas.	- Efeito positivo (pequeno, porém estatisticamente significativo) no desempenho (notas ENADE) de ex-bolsistas CsF em relação aos dois grupos controle. - Indícios de que o custo/benefício do programa pode ser baixo, pois o impacto, embora positivo, é modesto frente ao valor investido por aluno.	- Destaca a dificuldade de acesso a dados oficiais mais detalhados. - Indica a importância de se considerar fatores não observáveis (ex. motivação, background familiar). - Traz discussão sobre a necessidade de outros indicadores (eficácia, custo-efetividade).
CONCEIÇÃO, Otávio Canozzi (2017). <i>Uma avaliação do programa Ciência sem Fronteiras: efeitos sobre desempenho, trancamento e conclusão.</i>	- Extensão do mesmo contexto anterior, mas aqui abrangendo microdados ENADE (2013) e Censo do Ensino Superior (2014 e 2015). - Foco em cursos diversos, incluindo exatas e saúde.	- Alocação de recursos de intercâmbio para ampliar o desempenho acadêmico e a formação de capital humano internacionalizado. - Mecanismo de “deslocamento” (trancamentos prolongados, permanência maior na IES).	- Ex-bolsistas CsF obtiveram notas mais altas no ENADE, porém trancaram mais disciplinas e demoraram mais para concluir o curso em comparação a outros grupos. - Perfil sociodemográfico diferenciado	- Reforça a discussão do custo adicional: atraso na formatura implica despesa extra para a IES/políticas públicas. - Sugere monitoramento mais efetivo de trajetórias acadêmicas, sob pena de comprometer a suposta “eficiência” do programa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Referência	Contexto (C)	Mecanismos (M)	Resultados (O)	Comentários/Observações
			(jovens, maior renda familiar, maior escolaridade dos pais, etc.).	
			- Variações de implementação de acordo com a cultura e a trajetória institucional da UFC.	
GARCIA (2020). <i>Trajetórias da internacionalização da Universidade Pública: avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras à luz da experiência da Universidade Federal do Ceará.</i>	- Análise qualitativa e institucional da UFC, abordando gestores (reitor, pró-reitores, coordenadores), no período de implementação do CsF. - Enfoque em processos e dinâmicas organizacionais/culturais.	- Concepções de internacionalização moldadas pelas experiências individuais dos gestores e pelos contextos sociopolíticos. - Participação de múltiplos atores (professores, coordenadores, setor internacional).	- Influência de fatores políticos e culturais na efetividade do programa; o CsF funcionou como “catalisador”, porém sem padronização ou sistematização clara de avaliação interna.	- Avaliação não se baseia em indicadores quantitativos de desempenho discente; centra-se em trajetórias e percepções qualitativas. - Ressalta a ausência de integração institucional para coleta de dados e definição de metas claras.
CONCEIÇÃO et al. (2017). <i>Mobilidade acadêmica internacional, evasão e conclusão no ensino superior brasileiro: o caso do programa ciência sem fronteiras.</i>	- Dados do Censo da Educação Superior (2014 e 2015), com foco em taxas de evasão/conclusão dos bolsistas CsF. - Contexto de crescente mobilidade estudantil no ensino superior.	- A experiência de intercâmbio como estímulo à permanência ou como fator que prolonga a graduação. - Políticas de apoio financeiro (bolsas, ajudas de custo), mas sem “mecanismos de controle” pós-intercâmbio.	- Estudantes CsF tendem a concluir mais tardiamente o curso em relação a grupos de controle (com e sem mobilidade). - Efeitos heterogêneos dependendo da área do conhecimento e do perfil socioeconômico do aluno.	- Aponta lacunas no monitoramento do percurso acadêmico do ex-bolsista, dificultando a mensuração precisa dos custos e benefícios (eficiência). - Discussão acerca de ausência de planejamento integrado para o retorno do aluno.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Referência	Contexto (C)	Mecanismos (M)	Resultados (O)	Comentários/Observações
Melo (2017). <i>Avaliação do programa Ciência sem Fronteiras: uma análise a partir do ENADE 2017 para cursos de engenharia.</i>	- Cursos de engenharia no Brasil; uso do questionário do ENADE 2017, que pergunta sobre experiências de mobilidade internacional. Objetivo de verificar o impacto no desempenho acadêmico.	- Bolsa internacional como incentivo a aumentar conhecimentos em engenharia (disciplinas, prática, idioma). Foco no método de Resultados Potenciais (Rubin) e regressões para comparação com não beneficiários.	- Indica correlação positiva entre participação no CsF e nota dos estudantes no ENADE, controlando para background, horas de estudo, renda etc. Efeito positivo, mas possivelmente enviesado pela auto seleção (alunos com melhor desempenho e maior renda tendem a pleitear o CsF).	- Reconhece a limitação de dados oficiais e a impossibilidade de medir custos exatos (custo-efetividade). Sugere aprofundar investigações para isolar efeitos específicos do intercâmbio e reduzir viés de seleção.
RIBEIRO (2017). <i>Análise do programa Ciência sem Fronteiras e de sua efetividade na promoção da visibilidade internacional dos trabalhos científicos...</i>	- Avaliação específica no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas/UFV (Viçosa). Contexto de pós-graduação e fomento à pesquisa relacionado ao CsF.	- Aumento da “visibilidade internacional” via publicação, parcerias ou redes de pesquisa incentivadas pelo CsF. Desenho de programa que previa “atração” de pesquisadores e envio de discentes, mas sem mecanismos claros de mensuração de impacto científico.	- Não identificou incremento consistente de visibilidade acadêmica ou de publicações no ambiente estudado. Obstáculos de efetividade pela falta de objetivos detalhados e de métodos avaliativos claros.	- Ressalta que, no recorte analisado, o CsF não promoveu o impacto esperado (fraca correspondência entre a bolsa e a melhora de produtividade). Aponta carência de monitoramento sistemático e continuidade após o intercâmbio.
CARNEIRO (2019). <i>Perspectivas da bolsa pesquisador visitante especial: uma modalidade do</i>	- Análise específica da modalidade “Pesquisador Visitante Especial” (PVE) fomentada pelo CsF, com dados	- Mecanismo de fortalecimento de redes científicas internacionais, colaboração e coautorias a partir	- Identificou aumento da produção científica e da cooperação em rede para os	- Destaca pouca transparência sobre dados do CsF (dificuldades de obter informações consolidadas das ações PVE). A ausência



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Referência	Contexto (C)	Mecanismos (M)	Resultados (O)	Comentários/Observações
<i>programa brasileiro Ciência sem Fronteiras.</i>	extraídos da base do CNPq e do Currículo Lattes. - Contexto de internacionalização através da vinda de professores/pesquisadores estrangeiros ao Brasil.	da presença de pesquisadores estrangeiros de renome. - Bolsa como incentivo a projetos conjuntos e produção acadêmica.	bolsistas PVE. - Indica impacto positivo na internacionalização e nas publicações após a inserção do pesquisador estrangeiro na equipe brasileira.	de acompanhamento de longo prazo impede medir plenamente a sustentabilidade dessas parcerias (efetividade no tempo).
SANTOS (2018). <i>Ciências sem Fronteiras: um estudo sobre as percepções de egressos que participaram do CsF na UFRRJ.</i>	- Foco na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). - Explora percepções de egressos (participantes da graduação-sanduiche).	- Vivência internacional como fator de crescimento pessoal/intelectual; flexibilidade de proficiência e urgência de cumprir metas de bolsas. - Ajustes institucionais (coordenadorias e reitoria) pouco estruturados para acompanhar fluxo e retorno dos bolsistas.	- Contribuições positivas na vida acadêmica e pessoal relatadas, porém sem comprovação quantitativa de desempenho/impacto real. - Falta de Plano de Ação e de estrutura interna na UFRRJ para monitorar o programa.	- Enfatiza a falta de suporte institucional e ausência de critérios sólidos de avaliação “ex post”. - Mostra que parte dos bolsistas sentiu dificuldades de acompanhamento no retorno.
FIALHO (2020). <i>Mineração de dados educacionais dos alunos de graduação da UFPE: um estudo de caso da mobilidade e internacionalização.</i>	- Ambiente da UFPE, com coleta de dados sobre alunos que participaram de mobilidade internacional (inclusive CsF). - Uso de técnicas de mineração de dados (ferramentas quantitativas) para compreender o perfil e os fluxos de mobilidade.	- Mecanismos de análise (data mining) para detectar padrões em cadastros de alunos, matrículas, histórico acadêmico. - Falta de um sistema centralizado de registro de dados dificulta a geração de indicadores de sucesso do CsF.	- Identifica registro descentralizado e pouco padronizado, dificultando a comparação e a análise de impactos do CsF. - Ressalta o potencial de sistemas integrados para produzir conhecimento e	- Contribuição metodológica: mostra que há massa de dados, mas faltam processos de consolidação. - Não traz resultados claros sobre eficácia/efetividade, pois a dispersão de dados impede conclusões mais robustas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Referência	Contexto (C)	Mecanismos (M)	Resultados (O)	Comentários/Observações
			subsidiar avaliações sobre internacionalização.	
VIEIRA et al. (2018). <i>O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS SOB A PERSPECTIVA DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO EX POST...</i>	- Discussão acerca das fases de formulação, implementação e (tentativa de) avaliação do CsF em nível macro (nacional). - Usa parcialmente dados secundários (DataSenado) e referências no Portal da Transparência.	- Falta de critérios objetivos para mensurar a eficiência administrativa. - Desenho de programa com metas de bolsas, sem mecanismos de acompanhamento dos resultados de forma sistemática.	- Conclusão de que o CsF não se mostrou “eficiente administrativamente” (não atingiu alguns marcos de acompanhamento), mas não necessariamente ineficaz em termos de benefícios aos alunos. - Reconhece subjetividade na implementação de políticas públicas de grande escala.	- Metodologia não totalmente clara: discute o ciclo de políticas públicas, mas sem detalhar métodos quantitativos ou qualitativos rigorosos. - Adverte sobre a continuidade da falta de dados do programa (portal oficial desativado, perda de registros).
GRANJA e CARNEIRO (2020). <i>O programa Ciência sem Fronteiras e a falha sistêmica no ciclo de políticas públicas.</i>	- Revisão da trajetória do CsF, especialmente no que se refere ao processo decisório e à gestão dos dados por parte dos órgãos responsáveis (Capes, CNPq, MEC).	- Falhas nas diversas etapas do ciclo: formulação (objetivos difusos), implementação (pressão política para cumprir metas), monitoramento (dados dispersos), avaliação final (ausência de transparência).	- Conclui que houve falha em todas as etapas do ciclo de políticas do CsF, prejudicando a possibilidade de efetivo aprendizado institucional. - Subjetividade na escolha de destino/área; falta de evidências robustas de impactos (melhora de inovação, etc.).	- Traz alertas sobre a perda de painéis de dados e descontinuidade do portal oficial do CsF. - Propõe maior sinergia entre controladores, gestores e avaliadores para sanar lacunas sistêmicas na formulação e execução de políticas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Referência	Contexto (C)	Mecanismos (M)	Resultados (O)	Comentários/Observações
COSTA (2019). <i>Monitoramento e avaliação de programas de mobilidade acadêmica internacional: um estudo do Ciência sem Fronteiras.</i>	- Foco na coleta de dados do CsF (como, quando e quais dados foram coletados) por Capes e CNPq, comparando com instrumentos mais recentes. - Observa a falta de padronização e transparência desses dados.	- Mecanismo principal: a própria definição de indicadores e instrumentos de coleta que deveriam nortear o monitoramento e a avaliação do CsF. - A ausência de uma metodologia de coleta contínua prejudica a avaliação.	- Constatou carência de dados robustos para confirmar se o programa cumpriu integralmente objetivos como internacionalização e retorno de capital humano.	- Reforça a crítica: sem instrumentos claros de monitoramento, a avaliação fica dispersa e dependente de iniciativas pontuais de pesquisa acadêmica.

Notas Finais sobre a Análise “Realista” (C–M–O)

Contexto (C):

A maioria dos estudos enfatiza que o **contexto brasileiro** de expansão do ensino superior, associado a um cenário político de grande investimento em mobilidade internacional (2011-2015), moldou a forma como o CsF foi criado e implementado.

Muitas pesquisas também apontam que, ao nível **institucional (universidades)**, a falta de padronização de procedimentos e de suporte interno às bolsas resultou em experiências muito variadas entre os bolsistas e entre as IES.

Mecanismos (M):

O **intercâmbio** e a **bolsa** funcionam, em muitos casos, como gatilho para ampliar as redes de contato do aluno, seu domínio de língua estrangeira e conhecimentos técnicos.

Todavia, há **mecanismos de “auto seleção”** (perfuração socioeconômica mais alta, alunos já de alto desempenho, etc.), apontados em vários estudos.

Ausência de monitoramento: frequentemente, a literatura indica que não houve, por parte do governo e das instituições, uma estratégia coerente de acompanhar os bolsistas no retorno, de mensurar custos extras (reprovações, trancamentos) nem de consolidar uma base de dados uniforme.

Resultados (O):



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Resultado positivo: vários estudos que conseguiram analisar notas do ENADE (2013 a 2017) encontraram efeito estatisticamente significativo, embora modesto, de melhora no desempenho acadêmico de ex-bolsistas CsF.

Limitações: alguns apontam aumento no tempo de conclusão de curso, custos indiretos mais altos e baixa efetividade de redes científicas duradouras (no caso de graduação-sanduíche).

Ausência de dados: Sem um sistema de informações robusto, o “**resultado real**” do CsF permanece fragmentado, dificultando uma avaliação global de eficiência, eficácia e efetividade (atendendo às críticas da avaliação realista quanto à necessidade de entender “como” e “por que” o programa funcionou ou falhou).

Síntese geral

A aplicação de uma **lente realista** (Contexto–Mecanismo–Resultado) reforça que o CsF não teve uma “receita” única de sucesso ou de fracasso. Em certos contextos institucionais, trouxe benefícios acadêmicos relevantes; em outros, gerou pouco retorno.

O mecanismo-chave (experiência no exterior) carecia de **complementos** como:

preparo linguístico/cultural prévio,

integração entre IES brasileiras e estrangeiras,

monitoramento sistemático pós-retorno.

Os resultados, portanto, dependeram de como cada “Contexto x Mecanismos” se combinou, evidenciando a crítica de que avaliações baseadas em meta-análises puramente quantitativas podem ser insuficientes para explicar a complexidade das políticas públicas.

Como utilizar esta Tabela

Para pesquisas futuras: a tabela pode servir de base para identificar **lacunas** (onde faltam dados), **recortes** (áreas de conhecimento pouco exploradas) e **métodos** (formas de coleta e análise que se mostraram eficazes ou insuficientes).

Para gestores e formuladores de políticas: o olhar realista (C–M–O) destaca que a simples distribuição de bolsas não garante resultados positivos universais. É fundamental prever **estratégias de monitoramento**, mecanismos de incentivo e engajamento contínuos, além de **indicadores de sucesso** claros desde a formulação da política.

Para a pesquisa em Direito e Políticas Públicas: a análise realista evidencia a importância de incorporar **múltiplos métodos** (quantitativos e qualitativos) e de não negligenciar o **fator contextual** (conjuntural, institucional, cultural) ao avaliar a efetividade de um programa governamental.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP

Escola de Ciências Jurídicas – ECJ

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito - PPGD

Conclusão:

A tabela acima sistematiza, em linhas gerais, os principais trabalhos que realizaram algum grau de avaliação do CsF e, ao mesmo tempo, exemplifica como a abordagem da **avaliação realista** (C–M–O) ajuda a compreender por que o impacto do programa foi muito diverso conforme o contexto e os mecanismos ativados. Espera-se que esta síntese contribua tanto para ampliar a discussão acadêmica quanto para subsidiar o desenho de políticas públicas futuras na área de mobilidade e internacionalização.